

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 017/2024
Data: 30/01/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
LULA VISITA O PORTO DE SANTOS PARA ANUNCIAR INVESTIMENTOS NA SEXTA-FEIRA	4
CÂMARA DOS DEPUTADOS CRIA COMISSÃO DE JURISTAS PARA REVISAR LEI DOS PORTOS.....	5
CAMINHONEIROS EM GREVE PROTESTAM CONTRA BURACOS NAS VIAS DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS	6
PORTAL PORTO GENTE	7
OS DIFERENCIAIS DO SETOR DE CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS	7
BE NEWS – BRASIL EXPORT	8
EDITORIAL – CONCESSÕES AO SETOR PRIVADO, UM CAMINHO ACERTADO	8
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	8
<i>Hidrovias</i>	9
<i>PGO</i>	9
<i>BR do Mar</i>	9
<i>Greve 1</i>	9
<i>Greve 2</i>	9
<i>Greve 3</i>	9
NACIONAL - GOVERNO QUALIFICA EQUIPAMENTOS DO SETOR PORTUÁRIO PARA O PPI.....	9
NACIONAL - JUSTIÇA DOS ESTADOS UNIDOS AUTORIZA GOL A FAZER EMPRÉSTIMO DE R\$ 4,7 BILHÕES.....	11
REGIÃO SUL - GOVERNO MONTA FORÇA-TAREFA APÓS VAZAMENTO DE PRODUTO QUÍMICO EM JOINVILLE	12
REGIÃO SUL - COMPANHIAS AÉREAS PROGRAMAM MAIS DE 100 VOOS EM SANTA CATARINA NO CARNAVAL	13
REGIÃO NORDESTE - PORTO E AEROPORTO DE JOÃO PESSOA RECEBEM INVESTIMENTOS PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA.....	13
RODOVIAS - NOVAS CONCESSIONÁRIAS ASSUMEM RODOVIAS DO PARANÁ NESTA TERÇA-FEIRA.....	14
PORTO DE SANTOS - SANTOS: LIMINAR DA JUSTIÇA SUSPENDE PRAZO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO DO STS 08.....	15
PORTO DE SANTOS - APS DETALHA PROGRAMAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DO PORTO DE SANTOS E CONFIRMA LULA	16
REGIÃO SUL - GRUPO TÉCNICO REALIZA SIMULAÇÃO PARA REDUZIR RESTRIÇÕES DO GIRO DE NAVIOS DE GRANDE PORTE NO TECON RIO GRANDE	17
SEM CATEGORIA - BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ENCERRA JANEIRO COM SUPERÁVIT DE US\$ 2,026 BILHÕES	18
JORNAL O GLOBO – RJ	19
MINISTRO DA AGRICULTURA REBATE MACRON SOBRE ACORDO COM O MERCOSUL: 'ESTÁ PENSANDO NO COURO DELE'	19
NA VALE, OS 'CONSENSOS' SOBRE A GESTÃO BARTOLOMEO QUE VÃO PESAR NA SUCESSÃO	20
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL CRESCE 9,6% EM 2023 E CHEGA A R\$ 6,5 TRILHÕES	20
SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL DIZ QUE NEGOCIAÇÕES DE ACORDO MERCOSUL-UE CONTINUAM	21
EXPORTAÇÕES DO BRASIL VÃO DEPENDER DO EL NIÑO. PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, BID PROJETA NOVA QUEDA NO 1º SEMESTRE.....	22
INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA VAI CRESCEER 11% ESTE ANO, MAS AINDA SERÁ BAIXO EM RELAÇÃO AO PIB.....	24
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	26
COPOM DEVE CORTAR JURO EM 0,5 PONTO E PODE CONTAR COM CÂMBIO PARA RECOLOCAR INFLAÇÃO NO RUMO DA META .	26
EQUIPE ECONÔMICA CRIA 'PLANO DE GUERRA' DE CURTO PRAZO PARA REDUZIR BLOQUEIO E MANTER DÉFICIT ZERO	27
ANÁLISE - PLANO NOVA INDÚSTRIA BRASIL NÃO É INCOMPATÍVEL COM O OBJETIVO DO GOVERNO DE SUSTENTABILIDADE FISCAL	30
CNN Brasil	31
LULA E TARCÍSIO SE REÚNEM NO PLANALTO E DISCUTEM ACORDO SOBRE CONSTRUÇÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ	31
VALOR ECONÔMICO (SP)	33
LULA ASSINA CONCESSÃO DE RODOVIAS DO PARANÁ EM EVENTO COM GOVERNADOR BOLSONARISTA	33
GOVERNO LULA E TARCÍSIO FARÃO ACORDO PARA CONSTRUÇÃO DO TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ, DIZ MINISTRO.....	34
GOVERNO LULA E TARCÍSIO INDICAM POSSÍVEL ACORDO SOBRE CONSTRUÇÃO DE TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ.....	35
INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA DEVE SUBIR 11% EM 2024, PROJETA CONSULTORIA	35
LULA, ALCKMIN E AS VÍTIMAS DAS ELEIÇÕES	36
AGÊNCIA BRASIL - DF	38
PRECATÓRIOS ELEVAM DÉFICIT ANUAL DO GOVERNO CENTRAL PARA R\$ 230,54 BI	38
PORTAL PORTOS E NAVIOS	40
A A.P. MOLLER MAERSK ANUNCIA RICARDO ROCHA COMO PRESIDENTE DA ÁREA DA COSTA LESTE DA AMÉRICA DO SUL .	40
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL DOS ASSOCIADOS DA ATP CRESCE 5,3 %	40



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 017/2024
Página 3 de 47
Data: 30/01/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

ANTAQ APRESENTA CONTRIBUIÇÕES PARA PROPOSTA DE ACORDO TRANSFRONTEIRIÇO ENTRE BRASIL E PERU	41
APÓS INCIDENTE, BTP INTERROMPE OPERAÇÕES NO BERÇO 1 TEMPORARIAMENTE	42
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ E FUNDAÇÃO LIGADA À USP REALIZAÇÃO ESTUDOS NÁUTICOS NO PORTO DE FORTALEZA ..	43
ONE OBTÉM APROVAÇÃO DA DNV PARA PORTA-CONTÊINER BICOMBUSTÍVEL COM AMÔNIA	44
PROJETO PREVÊ 80% DE BENS E SERVIÇOS NACIONAIS NAS OBRAS DO NOVO PAC	44
VLI SE HABILITA A OPERAR COMO AGENTE TRANSPORTADOR FERROVIÁRIO DE CARGAS	45
ATIVIDADE DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS RETRAIU 0,87% EM OUTUBRO DEVIDO À SECA QUE AFETOU O TRANSPORTE FLUVIAL	46
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	47
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	47



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

LULA VISITA O PORTO DE SANTOS PARA ANUNCIAR INVESTIMENTOS NA SEXTA-FEIRA

Presidente da República fará anúncios para o complexo portuário e também para a Baixada Santista
Por: Redação



Lula participará das celebrações do aniversário de 132 anos do Porto santista Foto: Divulgação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) visitará o Porto de Santos nesta sexta-feira (2). No maior complexo portuário do Hemisfério Sul, ele deverá anunciar investimentos para a Baixada Santista. Há uma grande expectativa sobre etapas do projeto de construção do túnel imerso Santos-Guarujá que podem ser destravadas com a presença do chefe do Executivo em Santos, como o edital e o cronograma de obras, mas a

programação não foi adiantada à imprensa.

Na visita à região, Lula participará das celebrações do aniversário de 132 anos do Porto santista e virá acompanhado do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. A agenda foi confirmada nesta segunda (29) pela Autoridade Portuária de Santos (APS).

Em nota, a gestora do Porto de Santos informou que a programação de aniversário terá início às 10h30 de sexta-feira, na sede administrativa da APS. “O presidente Lula fará anúncios importantes para a comunidade portuária, a Baixada Santista e o País”, destacou a estatal. A última visita de Lula ao Porto santista ocorreu em agosto de 2003, quando visitou terminais nas margens Direita (Santos) e Esquerda (Guarujá).

Túnel Santos-Guarujá

Na semana passada, A Tribuna antecipou que o Governo Federal tem um novo projeto para o túnel imerso Santos-Guarujá e não conta com a participação do Governo do Estado no empreendimento. Mesmo assim, a expectativa é que o edital seja lançado no segundo semestre deste ano, em formato de parceria público-privada (PPP), com início das obras em 2025.

De acordo com o presidente da APS, o teto do túnel estará a 21 metros de profundidade, contados a partir da linha d'água, e a técnica a ser aplicada é a mesma da ligação seca entre a Dinamarca e a Alemanha, em construção na Europa.

Fim de semana

As festividades relativas aos 132 anos do Porto continuarão no sábado, a partir das 9 horas, quando o prédio da presidência da Autoridade Portuária será aberto à visitação pública, com expositores regionais, barracas de alimentos, ponto para descarte de lixo eletrônico e show da cantora santista Rafa Laranja, dentre outras atrações.

Já no domingo, ocorrerá o 5º Festival Porto-Cidade 2024, de corrida e caminhada. A largada e a chegada ocorrerão na Praça Mauá, no Centro de Santos, em frente ao Palácio José Bonifácio, sede da Prefeitura. No encerramento, haverá apresentação da Banda da Marinha.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 30/01/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS CRIA COMISSÃO DE JURISTAS PARA REVISAR LEI DOS PORTOS

Grupo terá 180 dias para elaborar relatório sobre marco legal do setor portuário e propor mudanças
Por: *Bárbara Farias*



O grupo deverá tratar desde questões trabalhistas a arrendamentos, concessões e tarifas Foto: APS/Divulgação

A Câmara dos Deputados constituiu uma comissão especial de juristas que tratará da revisão da Lei 12.815/2013, a Lei dos Portos, que regula a exploração dos portos e instalações portuárias pela União. O grupo deverá tratar desde questões trabalhistas a arrendamentos, concessões e tarifas e terá 180 dias para elaboração de um relatório sobre o marco legal e apresentação de um projeto de lei.

Instituída pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em 22 de dezembro, a comissão será presidida pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Douglas Alencar Rodrigues e terá o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira, como relator.

Entre os demais membros estão o ministro do TST, Alexandre Luiz Ramos; o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler; o diretor geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery; a procuradora do Ministério Público do Trabalho em São Paulo, Flávia Oliveira Bauler; o advogado que representa os sindicatos de trabalhadores portuários, Eraldo Franzese; e a diretora executiva do Instituto de Praticagem do Brasil, Jacqueline Wendpap.

Como relator do grupo, Celso Peel será responsável por reunir todas as propostas enviadas, selecioná-las, preparar um relatório e sugerir o projeto de lei que será submetido à aprovação da comissão. Ele explicou que a “Lei 12.815/2013 será revista na sua integralidade e, eventualmente, legislações correlatas, para que haja uma melhoria no ambiente regulatório geral”.

Autonomia

Sobre a revisão da Lei dos Portos, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, disse que um representante será designado para participar das reuniões e debates. Ele entende que é “o momento de se aprimorar a lei” e aponta que uma das questões importantes é a revisão da delegação de competências.

“(É possível) descentralizar algumas decisões de Brasília, dando mais autonomia e competência às autoridades portuárias. Isso faz com que a gente tenha como impor mais agilidade, tenha mais poder de decisão sobre o que acontece a metros de distância da sede da Autoridade Portuária. Efetivamente, conhece o porto quem está no porto”.

Questões trabalhistas

Em nome dos trabalhadores avulsos e vinculados que atuam no Porto de Santos, o advogado Eraldo Franzese fala em “buscar soluções normativas e que visem valorizar a atuação deles, reconhecendo a importância dos trabalhos permanentes e regulares, além de um período mínimo de emprego e renda aos avulsos”.

Franzese apontou outras pautas trabalhistas que, eventualmente, poderão ser debatidas: direito ao adicional de risco, possibilidade de realização de dobras para o término de trabalho de operações de navios e qualificação da mão da obra, que para o advogado hoje é deficitária.

“Há um conflito entre os operadores que atuam no porto organizado e os que estão fora no que diz respeito a concessões e obrigações. (...) A comissão é ampla e o arcabouço jurídico envolve não somente a questão do trabalho portuário, como também arrendamentos, concessões, tarifação,

organização do Ogmo, obrigações de qualificação, competências da Autoridade Portuária entre outras questões”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 30/01/2024

CAMINHONEIROS EM GREVE PROTESTAM CONTRA BURACOS NAS VIAS DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS

Eles pedem que o problema na região da Alemoa seja solucionado. Prefeitura fala em intensificar os trabalhos

Por: Victor Barreto



Sindicato orienta que caminhoneiros evitem as vias da Alemoa até que Prefeitura conclua os reparos Foto: Thaís Rozo/TV Tribuna

Caminhoneiros que utilizam o acesso da Alemoa, em Santos, organizaram uma paralisação para cobrar o reparo das vias do bairro na manhã desta terça-feira (30). Segundo o sindicato da categoria, após as fortes chuvas que atingiram a região em janeiro, problemas como a abertura de crateras dificultam as atividades dos motoristas, que demandam ação da Prefeitura.

Segundo o presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), Luciano Carvalho, trabalhadores da categoria estão sendo orientados a evitar as ruas da Alemoa até que os reparos sejam feitos. “Quem decide o horário (do encerramento da paralisação) é a Prefeitura. Quanto mais rápido ela tapar os buracos, mais rápido a categoria volta a trabalhar”, disse.

Carvalho afirma que a decisão foi tomada porque o problema não foi resolvido mesmo após tratativas com a Administração Municipal. “A gente já vem tratando com a Prefeitura há mais de nove meses a manutenção das vias, pedindo que mantenham o tapa-buracos (programa do município), que eles não têm seguido”, esclarece.

“A Alemoa está abandonada e a categoria decidiu cruzar os braços porque não têm condições de você sair para trabalhar e tomar prejuízo, podendo acontecer acidentes gravíssimos, até tombamento de caminhões por causa dessas crateras”, protesta o presidente do Sindicam. Por esse motivo, os trabalhadores estão em paralisação desde às 7h desta terça-feira.

Prefeitura responde

Em nota, a Prefeitura de Santos informou que o serviço de tapa-buracos, realizado pela Progresso e Desenvolvimento de Santos (Prodesan) foi intensificado na segunda-feira (29), quando as vias apresentaram condições de reparos após a trégua da chuva. A Administração Municipal ressalta que este foi o mês de janeiro mais chuvoso na cidade desde 2010, condição que contribuiu para o surgimento de buracos nas vias onde passam veículos pesados.

Ainda segundo a Prefeitura, os trabalhos nas vias da Alemoa continuam intensificados nesta terça-feira. A Administração ressaltou que está “em constante contato com o sindicato na busca de soluções para as demandas da categoria”.

Por fim, o município lembrou que, em setembro do ano passado, o prefeito Rogério Santos (Republicanos) garantiu com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) o investimento de R\$ 15 milhões para realizar obras de revitalização na Alemoa Industrial.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 30/01/2024



PORTAL PORTO GENTE

OS DIFERENCIAIS DO SETOR DE CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS

Editor Portogente

Inovações e insights profundos promovem diferenciais

Mundialmente, a logística no horizonte da distribuição física, com as novas tecnologias acelerando e controlando, otimiza os processos de transporte e armazenamento, da origem ao destino, Condomínios Logísticos tem papel destacado nessa nova cultura, como filosofia de operação. Neste contexto, como fator de mudança, tem destaque as inovações com Blockchain e Inteligência Artificial (IA), bem como a localização estruturada do empreendimento.



Os diferenciais do setor de condomínios logísticos.jpg

Veja mais * Condomínio Logístico em debate aberto

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115773-condominio-logistico-em-debate-aberto>

Ao focar o transporte porta à porta (door-to-door), a função dos Condomínios Logísticos, como extensão de portos e aeroportos, amplia espaços e agiliza a distribuição. Estrategicamente, ocorrem desafios e oportunidades como consequência dos novos arranjos e abordagens de espaços para armazenamento, valorizando os papéis dos construtores e investidores no planejamento. Realidade em estágio avançado nos principais centros de distribuição física no Hemisfério Norte e já em curso no Brasil.

Veja mais * Conheça as 3 atividades da Logística de Distribuição

<https://portogente.com.br/portopedia/113644-conheca-as-3-atividades-da-logistica-de-distribuicao>

A análise da Savills European Real State Logistics Census, considerando a globalização, cada vez mais real, bem como as tendências dos mercados e o papel específico do Condomínio Logístico, depois de um ano de 2023 em queda, a projeção do crescimento da atividade na Europa é otimista. Projeta um horizonte de uma nova ocupação de áreas na distribuição eficiente, com aplicação intensiva de tecnologias modernas. A cautela maior ocorre no setor imobiliário.

Veja mais * ATP espera diálogo produtivo com novo ministro de Portos e Aeroportos

<https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/115584-atp-espera-ter-dialogo-produtivo-com-novo-ministro-de-portos-e-aeroportos>

No cenário brasileiro, o sentimento sobre as locações é de crescimento, O investidor está mais perspicaz sobre o ativo, na ótica operacional e na localização. A disponibilidade de área adequada é questão-chave. Veículos elétricos, automação e tecnologia digital são itens notáveis, na logística verde e no atendimento ao cliente. Na busca de custo competitivo, a eficiência alavanca as práticas ESG, reduz os tempos ociosos e eleva os ganhos.

Veja mais * Condomínios logísticos e as práticas ESG

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115750-condominios-logisticos-e-as-praticas-esg>

A projeção de contêineres para 2024 aponta um crescendo, tendência que deverá refletir positivamente no setor de Condomínios Logísticos. Eficiência e sustentabilidade, cada vez mais, são fatores culturais. Esse processo em curso de produtividade integrada e colaboração sem



precedentes, já é uma realidade, O sucesso exige adaptações ágeis e investimentos balizados em tomadas de decisão, com visão que assegure a empresa agregando valor ao longo do tempo.

Veja mais * Marketing domina redes de negócios de condomínios logísticos

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115765-marketing-domina-redes-de-negocios-de-condominios-logisticos>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 30/01/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – CONCESSÕES AO SETOR PRIVADO, UM CAMINHO ACERTADO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A qualificação de terminais públicos portuários no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), através dos decretos presidenciais nº 11.899 e nº 11.900, reforça um caminho estratégico para o desenvolvimento do setor, com a concessão desses empreendimentos para o setor privado. Envolver o segmento empresarial na administração e operação de instalações portuárias, como ficou comprovado nas últimas décadas, é a melhor solução para garantir um aumento na eficiência desses serviços e otimizar o uso dos recursos.

O arrendamento de terminais portuários para parceiros privados tem sido uma prática bem-sucedida, iniciada em 1993, e proporciona uma gestão mais ágil e voltada para o aumento da capacidade portuária. Empresas privadas trazem consigo não apenas recursos financeiros para investimentos, mas também uma abordagem mais eficiente e inovadora na operação de terminais.

Essa estratégia é particularmente relevante no setor portuário, onde a movimentação e armazenamento de uma variedade de cargas desempenham um papel crucial no comércio exterior. Ao envolver a iniciativa privada, permite-se uma gestão mais dinâmica, na velocidade demandada pelo mercado, capaz de atender às demandas crescentes e à diversidade de tipos de carga, como grãos, minerais e produtos siderúrgicos.

A inclusão de 16 empreendimentos portuários no PPI não apenas os eleva à categoria de prioridade nacional, mas também os posiciona para licitações em 2024. Esses leilões são instrumentos fundamentais para atrair investidores qualificados, promover a concorrência e garantir que os recursos sejam alocados de maneira eficiente.

A iniciativa não só impulsionará o desenvolvimento do setor portuário, mas também contribuirá para a economia nacional, gerando empregos e estimulando o comércio exterior. Os benefícios, obviamente, vão além do ganho de eficiência operacional, alcançando a capacidade de adaptação a novas tecnologias e práticas de gestão que empresas privadas frequentemente introduzem.

Portanto, a decisão de incluir empreendimentos portuários no PPI é uma estratégia acertada, alinhada com a necessidade de modernização e eficiência nas operações portuárias. A parceria público-privada é uma via que não apenas impulsiona a economia, mas assegura um futuro mais dinâmico e competitivo para o setor portuário brasileiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



HIDROVIAS

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, apresentou mudanças no plano de concessões hidroviárias ao ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. A reunião aconteceu na segunda-feira, dia 29, no gabinete do ministro, em Brasília. Também estiveram presentes o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, e a secretária-executiva substituta, Gabriela Vargas.

PGO

O Governo Federal vem modelando um Plano Geral de Outorgas (PGO) para o modal. Os trechos considerados prioritários são: Barra Norte, no Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira, Paraguai e Lagoa Mirim (Brasil-Uruguai). O Brasil tem o alcance de 60 mil quilômetros de vias hídricas, mas atualmente só utiliza 19 mil km.

BR DO MAR

Na reunião também foram discutidos assuntos referentes ao programa de estímulo à cabotagem conhecido como BR do Mar. A coluna pediu ao Ministério de Portos e à Antaq mais detalhes sobre o que foi debatido, mas não obteve resposta.

GREVE 1

Em greve há dois meses, os auditores fiscais da Receita Federal planejam realizar uma operação-padrão nesta terça-feira, dia 30, com inspeções mais rigorosas nas bagagens de passageiros que desembarcarem de voos internacionais. De acordo com o Sindifisco dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), que representa a categoria, a ação está prevista para ocorrer nos dez maiores aeroportos do país - os de Brasília, Confins (MG), Corumbá (MS), Fortaleza, Galeão (RJ), Guarulhos (SP), João Pessoa, Porto Alegre, Recife e Viracopos (SP).

GREVE 2

Na última semana, os auditores fiscais fizeram greve nos portos, aeroportos e pontos de fronteira de alfândega com foco nas cargas. Segundo o Sindifisco, a operação-padrão será ampliada para a fiscalização de bagagens, com a expectativa de filas no interior dos aeroportos. Na terça-feira passada, dia 23, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que o Governo ainda levantava o impacto da mobilização, mas disse que não tinha visto grandes prejuízos no embarque de mercadorias.

GREVE 3

Os auditores da Receita Federal cobram o recebimento de um bônus de produtividade previsto pela Lei 13.464. Segundo a categoria, o benefício está previsto há sete anos, com sucessivos governos descumprindo a legislação. Em junho do ano passado, o governo regulamentou o adicional, mas o Ministério da Fazenda alega falta de dinheiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2024

NACIONAL - GOVERNO QUALIFICA EQUIPAMENTOS DO SETOR PORTUÁRIO PARA O PPI

Um dos decretos também classifica o canal de acesso do Porto de Rio Grande para o Programa de Parcerias de Investimentos

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva emitiu dois decretos, publicados no Diário Oficial da União de quarta-feira, 24, que classificam empreendimentos públicos federais do setor portuário para o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A medida visa tornar esses projetos prioridade nacional, facilitando sua gestão pelo setor privado, melhorando a eficiência dos serviços e alocando recursos de forma eficiente.



Dentre os terminais incluídos no PPI, o mais extenso é o MUC04, no Porto de Fortaleza, voltado para a movimentação e armazenagem de contêineres, com área de 134.795 m² (Crédito: Divulgação/CDC)

No total, os Decretos nº 11.899 e nº 11.900 qualificam 16 empreendimentos públicos federais no setor portuário. O primeiro decreto abrange cinco empreendimentos, enquanto o segundo inclui 10 terminais portuários e o Canal de Acesso Aquaviário do Porto de Rio Grande (RS).

No setor portuário, os arrendamentos são contratos com parceiros privados para operar instalações portuárias, como a movimentação de passageiros ou mercadorias. Desde 1993, empresas privadas operam as atividades portuárias, enquanto a Autoridade Portuária pública cuida da administração das áreas.

Esse modelo de negócios é interessante para a economia, pois envolve a movimentação e armazenamento de diferentes tipos de carga, como grãos, minerais, produtos siderúrgicos e outros itens de interesse para o comércio exterior.

A qualificação dos projetos no PPI é uma etapa necessária para realizar licitações em 2024, visando uma gestão mais ágil, expansão da capacidade dos portos e melhoria dos serviços prestados. O Ministério de Portos e Aeroportos planeja realizar 14 leilões de arrendamentos portuários neste ano.

O decreto Decreto nº 11.899, de 23 de janeiro de 2024 qualifica cinco empreendimentos públicos federais, entre eles estão:

- Terminal STS33, no Porto Organizado de Santos (SP), dedicado à movimentação e armazenagem de carga geral, de projeto ou containerizada, com uma área de 51.460 m².
- Terminal RIG10, no Porto Organizado do Rio Grande (RS), destinado à movimentação e armazenagem de carga geral, com uma área de 8.670 m².
- Terminal MUC04, no Porto Organizado de Fortaleza (CE), voltado para a movimentação e armazenagem de contêineres, com uma área de 134.795 m².
- Terminal POA26, no Porto Organizado de Porto Alegre (RS), especializado na movimentação e armazenagem de granel sólido vegetal e mineral, abrangendo 22.052 m².
- Terminal RDJ11, no Porto Organizado do Rio de Janeiro (RJ), focado na movimentação e armazenagem de cargas gerais não containerizadas, especialmente produtos siderúrgicos, com uma área de 9.010 m².

Já o Decreto nº 11.900 qualifica 11 empreendimentos públicos federais no setor por meio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). São dez terminais portuários e o Canal de Acesso Aquaviário do Porto de Rio Grande (RS).

- Terminal VDC29, em Vila do Conde (PA), dedicado a granéis sólidos vegetais, com área de 67.448 m².
- Terminal RDJ10, no Porto do Rio de Janeiro (RJ), especializado em cargas gerais não containerizadas, com 15.600 m².
- Terminal MAC15, em Maceió (AL), destinado a granéis sólidos minerais, especialmente sal, abrangendo 41.818 m².
- Terminal RDJ07, no Porto do Rio de Janeiro (RJ), para carga geral e granel líquido, com apoio logístico offshore, e área de 52.450 m².
- Terminal MCP03, em Santana (AP), voltado para granéis sólidos vegetais, como soja e milho, com 11.677 m².
- Terminais REC04, REC08, REC09, REC10, no Porto de Recife (PE), dedicados a diferentes tipos de movimentação e armazenagem, totalizando áreas variadas.
- Terminal POA02, no Porto de Porto Alegre (RS), especializado em granel sólido, abrangendo 21.151 m².

- Canal de Acesso Aquaviário do Porto de Rio Grande (RS).

Os decretos foram divulgados no Diário Oficial da União um dia após o governo realizar uma cerimônia pública para estender o Reporto (Regime Tributário para Incentivar a Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária). A iniciativa busca impulsionar a competitividade e o desenvolvimento do setor no país.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/01/2024

NACIONAL - JUSTIÇA DOS ESTADOS UNIDOS AUTORIZA GOL A FAZER EMPRÉSTIMO DE R\$ 4,7 BILHÕES

Empresa, que solicitou recuperação judicial, já teve liberado o acesso imediato a uma parcela de R\$ 1,73 bi

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebnews.com.br



Segundo a Gol, a liberação imediata de US\$ 350 milhões por parte da justiça dos Estados Unidos garante que a companhia aérea continue operando normalmente durante o processo (Crédito: Divulgação)

A justiça dos Estados Unidos autorizou a Gol Linhas Aéreas a receber a primeira parcela de um financiamento total de US\$ 950 milhões (cerca de R\$ 4,7 bilhões) obtido junto aos seus controladores. A

decisão foi proferida na primeira audiência na segunda-feira, dia 29, referente ao processo de chapter 11 que é equivalente à recuperação judicial no Brasil.

O tribunal liberou o acesso imediato a US\$ 350 milhões (R\$ 1,73 bilhões) do financiamento total. De acordo com a Gol, a decisão garante que a companhia aérea continue operando normalmente durante o processo judicial.

O empréstimo é na modalidade devedor em posse (debtor in possession) e foi um compromisso feito por detentores de títulos do grupo Abra, controlador da Gol e da Avianca.

“A Gol buscará aprovação final para acessar integralmente o financiamento em audiência que será realizada nas próximas semanas. Enquanto isso, terá acesso imediato à parcela disponibilizada da nova liquidez. Com a aprovação, a Gol honrará todos os compromissos com parceiros de negócios e fornecedores de bens e serviços prestados a partir da data de início do processo em 25 de janeiro de 2024 além do pagamento de salários”, informou a companhia.

Segundo a empresa aérea, o valor da dívida está em cerca de R\$ 20 bilhões. Nesta segunda-feira, a Gol informou que fechou o ano de 2023 com US\$ 3,5 bilhões em ativos e US\$ 8,3 bilhões em passivos. Com isso, a dívida líquida alcançou US\$ 4,8 bilhões, cerca de R\$ 24 bilhões.

Gol fora da B3

A Gol está fora da B3, a bolsa de valores de São Paulo. Segundo o Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da B3, empresas em recuperação judicial não podem integrar o grupo. As operações da companhia aérea nos índices serão “redistribuídas proporcionalmente aos demais integrantes da carteira com o pertinente ajuste nos redutores”.

“A decisão ocorre em virtude do pedido de Chapter 11 do United States pela companhia perante o Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito do Sul de Nova York, bem como das demais repercussões no mercado, conforme Fatos Relevantes divulgados em 25,26 e 29/01/2024”, informou a B3.

As ações da empresa serão excluídas após o pregão de terça-feira, dia 30. “A Gol terá seus títulos excluídos dos índices IBOV, IBRA, IBXX, ICO2, IDVR, IGCT, IGCX, ITAG, IVBX, e SMLL ao seu preço de fechamento, após o encerramento do pregão regular de 30/01/2024”, completou a bolsa brasileira.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/01/2024

REGIÃO SUL - GOVERNO MONTA FORÇA-TAREFA APÓS VAZAMENTO DE PRODUTO QUÍMICO EM JOINVILLE

Ácido sulfônico chegou até o Rio Cubatão, uma das principais fontes de abastecimento de água da região catarinense

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



Desde que o produto químico teve contato com o Rio Seco, formou-se uma espuma branca que se direcionou até o Rio Cubatão, principal fonte de abastecimento de água de Joinville (Crédito: Divulgação)

O Governo de Santa Catarina anunciou uma força-tarefa para atuar no vazamento de produto químico após um acidente envolvendo um caminhão na cidade de Joinville, no início da tarde de segunda-feira (29). O derramamento

de ácido sulfônico sobre o Rio Seco, afluente do Rio Cubatão, causou interrupção no abastecimento de água em 75% do município.

Segundo o estado, a força-tarefa consta na mobilização de equipes da Polícia Militar Ambiental, Polícia Militar Rodoviária, Instituto do Meio Ambiente (IMA) e Secretaria de Proteção e Defesa Civil.

O IMA tomou providências para monitorar o meio ambiente do local. Segundo o Governo Estadual, sua atuação será avaliar a extensão do dano, juntamente com a Polícia Militar Ambiental, levantando todo o panorama do dano ambiental causado na região.

De acordo com informações do instituto, a empresa responsável pela carga tem seguro ambiental e está fazendo o transbordo do que sobrou do produto, a contenção e a limpeza. Por ser a base de detergente, o derramamento gerou muita espuma.

Já a Polícia Civil de Santa Catarina, por meio da Divisão de Crimes contra o Meio Ambiente, da Delegacia de Investigação Criminal de Joinville, instaurou inquérito policial para apurar causas e responsabilidades envolvendo o tombamento do caminhão.

De acordo com a delegada Tânia Harada, responsável pela investigação, o local já foi periciado e a empresa responsável pelo transporte já está identificada. A delegada informou ainda que será pedida uma perícia no caminhão e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) será oficiado para verificar eventual irregularidade no transporte da carga.

Acidente

Um caminhão que carregava um produto químico capotou nesta segunda-feira (29) na rodovia SC-418, no trecho conhecido como Serra Dona Francisca, em Joinville. O acidente aconteceu no km 16. Houve bloqueio parcial para atendimento da ocorrência.

Vídeos reproduzidos nas redes sociais mostram o momento do acidente. Após capotar, o veículo chegou a pegar fogo. O motorista do veículo, de 59 anos, foi encaminhado para o Hospital Municipal São José com ferimentos pelo corpo. Ele está sob orientação médica e seu quadro de saúde é estável.

Desde que o produto químico teve contato com o Rio Seco, formou-se uma espuma branca que se direcionou até o Rio Cubatão, principal fonte de abastecimento de água de Joinville.

Em razão do acidente, a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Rio Cubatão foi fechada preventivamente para a captação. A Prefeitura montou um gabinete de crise e decretou estado de emergência.

De acordo com a Administração Municipal, a captação de água do rio foi fechada às 10h, sendo que o produto chegou nas proximidades da estação apenas às 13h. A Prefeitura informou que não há previsão de normalização do abastecimento e orientou a população que economize água.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 30/01/2024

REGIÃO SUL - COMPANHIAS AÉREAS PROGRAMAM MAIS DE 100 VOOS EM SANTA CATARINA NO CARNAVAL

Oferta de voos extras com destino aos terminais do estado acontecerá no período de 9 a 16 de fevereiro

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



O Aeroporto de Florianópolis vai receber dez voos extras da companhia aérea Azul, sendo seis partindo de Campinas (SP), dois de Belo Horizonte (MG) e dois de Foz do Iguaçu (PR) (Crédito: Divulgação)

As principais companhias aéreas que atuam nos principais e mais movimentados aeroportos de Santa Catarina anunciaram pelo menos 112 voos extras com destino aos terminais do estado entre os dias 9 e 16 de fevereiro, período do feriado de Carnaval em 2024.

Os números foram levantados pela Secretaria de Portos Aeroportos e Ferrovias do estado junto às companhias aéreas.

A Gol informou que terá 64 voos extras. Essas operações representam um crescimento de 17% quando comparado com a oferta regular de voos em Santa Catarina. A adição dos voos extras ocorre principalmente para o Rio de Janeiro, além de Buenos Aires e Córdoba, ambos na Argentina.

A Latam informou que serão 32 voos extras no período do Carnaval. A companhia prevê transportar em Santa Catarina durante o feriado prolongado cerca de 33 mil passageiros em 222 pousos no estado, um volume de voos que será 17% maior do que nas festividades do ano passado.

A Azul informou que realizará 16 voos extras. Serão seis voos extras de Campinas (SP), dois de Belo Horizonte (MG) e dois de Foz do Iguaçu (PR) para o município de Florianópolis (SC). Já Joinville (SC), Navegantes (SC) e Chapecó (SC) receberão dois voos de Campinas (SP), cada, no período.

“É uma informação que confirma a força do mercado catarinense para o setor aéreo. Já tivemos um crescimento significativo de passageiros em 2023 e esta ação demonstra que o ano de 2024 pode ser ainda melhor”, comentou o secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias, Robison Coelho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 30/01/2024

REGIÃO NORDESTE - PORTO E AEROPORTO DE JOÃO PESSOA RECEBEM INVESTIMENTOS PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA

Anúncio foi feito durante inauguração do Truck Center em Cabedelo, que terá R\$ 20 milhões para requalificação do dique

Por PAULO JOSÉ RIBEIRO paulo.ribeiro@redebene.com.br



Costa Filho destacou que a orientação do presidente Lula é de que os recursos do Ministério sejam preservados para obras estratégicas de fortalecimento portuário e da aviação civil (Crédito: Divulgação)

A capital da Paraíba, João Pessoa, inaugurou obras de melhorias no Porto de Cabedelo e no Aeroporto Internacional do estado. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, fez na última sexta-feira (26) uma visita às obras de requalificação do complexo portuário, que tem o objetivo de aumentar a capacidade operacional e a infraestrutura.

Entre as obras estão a drenagem, pavimentação, construção de pátio de contêineres, reforma de auditório e o Porto Cidade, programa que visa promover a saúde e o bem-estar da população de Cabedelo por meio de consultas médicas e exames laboratoriais.

Na data, também foi entregue o Truck Center do Porto de Cabedelo, que irá funcionar como um centro de apoio logístico, organizando o fluxo e estacionamento de veículos, e contará com uma capacidade para 700 caminhões. O espaço representa um investimento de R\$ 16 milhões e é uma iniciativa do Ministério dos Portos, do Governo da Paraíba e da Companhia Docas do estado.

“Nós estamos falando em mais de 13.000 leitos e isso é fundamental não só para o turismo, porque a cada quatro turistas que chegam do estado é um emprego que é gerado”, afirmou Costa Filho, destacando as melhorias previstas com a conclusão das obras no equipamento.

Durante o evento, foram anunciados investimentos de cerca de R\$ 20 milhões na obra de requalificação do dique, que vai contribuir para a redução da taxa de assoreamento do canal de acesso ao porto. A ideia é melhorar o aproveitamento dos investimentos em dragagem, e a navegabilidade e segurança das embarcações que chegam ao porto.

Costa Filho destacou ainda que a orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é de que os recursos do Ministério de Portos e Aeroportos sejam preservados para obras estratégicas de fortalecimento portuário e da aviação civil. “Nós estamos tendo para 2024 o maior volume de investimentos da história portuária e aeroportuária. Estamos falando em quase R\$ 10 bilhões na agenda aeroportuária e na agenda portuária de R\$ 16 bilhões em investimentos públicos e privados”.

Aeroporto

O ministro ainda fez uma visita técnica às instalações geridas pela concessionária Aena no Aeroporto Internacional de João Pessoa. Foram investidos ao todo cerca de R\$ 167 milhões pela concessionária. Até o final da concessão, são estimados investimentos da ordem de R\$ 600 milhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2024

RODOVIAS - NOVAS CONCESSIONÁRIAS ASSUMEM RODOVIAS DO PARANÁ NESTA TERÇA-FEIRA

Infraestrutura Brasil Holding XXI S.A e Consórcio Infraestrutura PR serão responsáveis pela administração dos lotes 1 e 2 pelos próximos 30 anos

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br

As empresas que ganharam os leilões de agosto e setembro de 2023 vão assumir o controle das estradas dos lotes 1 e 2 no Paraná nesta terça-feira, dia 30. O diretor-geral da ANTT, Rafael Vitale, e o ministro dos Transportes, Renan Filho, estarão presentes na cerimônia junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O governador do Paraná, Ratinho Júnior, parlamentares do estado no Congresso Nacional e gestores municipais da região também estarão presentes no evento.

Está previsto um investimento total de R\$30,4 bilhões nos 19 trechos de estradas, abrangendo 41 municípios e beneficiando aproximadamente 6 milhões de habitantes. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) destaca que os projetos, concebidos sob a nova política de concessões rodoviárias do Ministério dos Transportes, são inovadores ao integrar vias estaduais e federais.

Pelos próximos 30 anos, a administração dos sistemas rodoviários ficará a cargo de duas empresas recém-chegadas ao setor: a Infraestrutura Brasil Holding XXI S.A., que venceu o Lote 1 e operará a concessão como Via Araucária, e o Consórcio Infraestrutura PR, responsável pelo Lote 2, a ser administrado como EPR Litoral Pioneiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2024

PORTO DE SANTOS - SANTOS: LIMINAR DA JUSTIÇA SUSPENDE PRAZO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO DO STS 08

Pedido foi feito pela Petrobras, que já havia entrado com recursos administrativos sobre o processo

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebeneews.com.br



A Autoridade Portuária de Santos firmará um contrato de arrendamento da área do terminal STS 08 caso haja apenas um ofertante. Em caso de dois ou mais, será feita licitação (Crédito: Divulgação)

O prazo para manifestação de interesse no edital de chamamento público para a área do terminal STS 08, no Porto de Santos (SP), foi suspenso após decisão judicial em caráter liminar. Até então, o prazo para interessados na operação e armazenagem de graneis líquidos, localizado na margem direita, se encerraria na última sexta-feira, 26 de janeiro. O pedido feito pela Petrobras está sendo julgado pela 4ª Vara Federal de Santos.

Inicialmente, a estatal, que é arrendatária do terminal STS08 A, entrou com um recurso administrativo junto à Autoridade Portuária de Santos (APS) pedindo a impugnação do chamamento público, anunciado inicialmente no final de dezembro de 2023.

Entre as justificativas apresentadas, a Petrobras avaliou que o edital não atende aos requisitos legais de um chamamento público, com atenção especial ao prazo estipulado de 30 dias.

Outros pontos colocados pela empresa se referem ao pedido de adensamento da área, uma vez que a Petrobras tem seu terminal, o STS 08 A. No documento apresentado, a empresa argumenta que a Autoridade Portuária não apresentou respostas à solicitação.

Por fim, a Petrobras avalia que um arrendatário na área da margem direta fará com que a empresa perca a exclusividade de atracação de navios de graneis líquidos na área da Almoa no Porto de Santos.

Todos os argumentos apresentados foram respondidos pela Autoridade Portuária em um documento de sete páginas, assinado pelo diretor-presidente da APS, Anderson Pomini. No entanto, o recurso apresentado foi negado.

A APS tem um prazo de dez dias a partir da última quinta-feira, 25 de janeiro, para se manifestar.

Ao BE News, Anderson Pomini afirmou que a Autoridade Portuária vai contestar a decisão judicial. Segundo ele, sete empresas manifestaram interesse em operar o futuro terminal.

“Outras sete grandes empresas conseguiram se inscrever no prazo e a Petrobras, que já estava na área, não se inscreveu e nem participou de um leilão para a mesma área realizado há três anos. Ou seja, o Porto de Santos precisando ampliar o atendimento ao setor e a Petrobras não manifestou interesse. E a prova de que a APS estava certa sobre o potencial da área foi confirmada com as sete inscrições dentro do prazo. Se deu tempo para sete outras se inscreverem, por que não deu para a Petrobras, com grande expertise no setor?”, argumentou Pomini.

Novo terminal

O STS 08 conta com 168,3 mil m² e tinha ido a leilão em novembro de 2021, quando não houve empresas ou consórcios interessados. Agora, a APS firmará contrato de arrendamento caso haja apenas um ofertante. Em caso de dois ou mais, será feita licitação.

O prazo de concessão para a área do STS 08, conforme o edital, é de 25 anos.

Segundo o diretor-presidente do Porto de Santos, Anderson Pomini, a oferta do STS 08 é considerada essencial para atender o segmento de granéis líquidos.

“A Autoridade Portuária tem o dever de planejar o crescimento do Porto, uma vez que há um déficit histórico de capacidade instalada para atendimento de granéis líquidos no Porto de Santos. O arrendamento da área STS 08 traz expectativa de geração de novos postos de trabalho durante o período contratual, incluindo empregos diretos, indiretos e efeitos na renda”, comentou Pomini.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2024

PORTO DE SANTOS - APS DETALHA PROGRAMAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DO PORTO DE SANTOS E CONFIRMA LULA

Conforme já informado pelo BE News, presidente vai participar das cerimônias alusivas aos 132 anos do complexo

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redenenews.com.br



De acordo com a APS, o presidente Lula estará no Porto de Santos nesta sexta-feira, dia 2 de fevereiro, acompanhado do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Crédito: Ricardo Stuckert/PR)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) revelou na segunda-feira, dia 29, detalhes sobre a programação de aniversário de 132 anos do Porto de Santos (SP). A empresa pública também confirmou a informação já divulgada pelo portal BE News no dia 12 de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) irá visitar o complexo marítimo.

Segundo a APS, o presidente estará presente na sexta-feira, dia 2 de fevereiro, justamente a data que marca os 132 anos de inauguração do primeiro trecho de porto organizado. O evento que abre as festividades está previsto para começar às 10h30. A Autoridade Portuária também informou que esta será a primeira visita de um presidente da República ao complexo.

Lula irá a Santos acompanhado do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. A expectativa é de que ambos façam anúncios voltados para o setor portuário.

Programação

Segundo a APS, as festividades vão continuar durante o final de semana. No dia 3 de fevereiro, a partir das 9h, o complexo da presidência da APS será aberto para a visita da população, com a realização do Festival Oceano, que contará com expositores regionais, barracas de alimentos, ponto para descarte de lixo eletrônico e show da cantora santista Rafa Laranja, dentre outras atrações.

Já no dia 4 de fevereiro, às 7h, os 3,5 mil inscritos na Corrida e Caminhada Porto-Cidade vão sair de frente da Prefeitura, na Praça Mauá, no Centro de Santos, para um circuito de 5 km, que termina no mesmo local. Ao final, todos assistirão à apresentação da Banda da Marinha do Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2024

REGIÃO SUL - GRUPO TÉCNICO REALIZA SIMULAÇÃO PARA REDUZIR RESTRIÇÕES DO GIRO DE NAVIOS DE GRANDE PORTE NO TECN RIO GRANDE

Membros de entidades do setor irão analisar dragagem de manutenção feita em novembro do ano passado

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Divulgação Wilson Sons

O terminal de contêineres do Porto de Rio Grande, em Porto Alegre (RS), fará uma simulação de manobra no próximo mês de março. O objetivo será analisar a dragagem de manutenção do canal, realizada em novembro do ano passado, observando os efeitos causados na área de manobra dos navios e contribuindo para reduzir as restrições, abrindo espaço para que o porto possa captar mais ganhos.

Um grupo técnico, formado pela Portos RS, Praticagem do Rio Grande, Sintermar, Technomar Engenharia e Marinha e Wilson Sons, que também conta com a supervisão de autoridades portuárias, realiza simulações para otimização do calado de giro para navios de grande porte (300 metros) desde abril de 2023. A etapa foi integralmente virtual, servindo para que as embarcações deste tipo operem no terminal sem restrições. O procedimento, que contou com 24 manobras e buscou reduzir eventuais impeditivos, teve a supervisão da Capitania dos Portos, assegurando a abordagem de questões de segurança para navegação.

O relatório técnico conclusivo foi emitido no início de dezembro após oito semanas de atuação, incluindo fase de estudo batimétrico, análise histórica de giros de navios na área focal, alinhamento operacional, parametrização do simulador e execução da simulação. A análise, realizada pelos órgãos responsáveis, apontou parecer positivo para a viabilidade do giro de navios de até 305m de LOA (Length Overall, comprimento total do navio), com possibilidade de calado de 12,4m (proa) e 14,2m (popa), atingindo um calado médio estimado de 13,2m. Já nos navios de classe 335m, a viabilidade aponta para um calado de 11,7m (proa) e 14,2m (popa), com calado médio de 12,9m.

“Entendemos que essa iniciativa é muito importante, e para isso estamos utilizando todas as ferramentas disponíveis no mercado para que esses navios venham e executem o giro em Rio Grande cumprindo com todos os procedimentos de segurança necessários”, relata Guido Cajaty, presidente da Praticagem de Rio Grande.

Para Fabiano Rampazzo, engenheiro naval da Technomar, o objetivo do projeto é proporcionar aos stakeholders de Rio Grande uma ferramenta que possa ser utilizada na tomada de decisão sobre as operações. “Seja para as embarcações containerizadas ou graneleiras, queremos dotar a comunidade de uma capacidade de avaliação de manobras, com limites superiores aos convencionais”, enfatiza.

“Consideramos esta operação conjunta como fundamental para todo o Porto do Rio Grande, uma vez que, ao se reduzir as restrições para o giro de navios de grande porte, favorece também a expansão do nosso porto e, conseqüentemente, toda a cadeia produtiva gaúcha”, observa Romildo Fernandes Bondan, diretor de operações da Portos RS. Ele salienta que a Portos RS, como empresa pública responsável por organizar, gerenciar e fiscalizar todo o sistema hidroportuário do Estado, envolveu tanto sua área de operações quanto a de infraestrutura.

No ano passado, o terminal registrou um volume movimentado de 663,4 mil TEUs (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), o que representa um crescimento de 21,9% em comparação a 2022. Destaque para o aumento nos fluxos de transbordo e de exportação, com 33,1% e 28,8% de aumento respectivamente.

Para Giovanni Phonlor, diretor de operações do Tecon Rio Grande, este processo potencializa a condição do terminal de se tornar um hub logístico do Cone Sul. “Esta iniciativa usou tecnologia e experiência operacional para que, de uma forma segura, seja possível reduzir restrições sem a necessidade de investimento em dragagem”, destaca. “O avanço na redução das restrições significa que grandes navios poderão escalar o Porto do Rio Grande com mais carga, colaborando diretamente para o processo de se tornar um concentrador de cargas do mundo todo, localizado no extremo sul da América”, complementa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2024

SEM CATEGORIA - BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ENCERRA JANEIRO COM SUPERÁVIT DE US\$ 2,026 BILHÕES

Agropecuária foi um dos setores que se destacou, com crescimento de 29,9% nas exportações deste mês

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



Comparando as médias diárias até a quarta semana de janeiro de 2024 com o mesmo período de 2023, houve um aumento de 21,6% nas exportações, enquanto as importações registraram uma queda de 1,2%. Divulgação

A Balança Comercial brasileira apresentou um superávit de US\$2,026 bilhões na última semana de janeiro, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento,

Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Esse resultado positivo decorreu de exportações no valor de US\$6,257 bilhões, superando as importações que totalizaram US\$4,231 bilhões.

Comparando as médias diárias até a quarta semana de janeiro de 2024 com o mesmo período de 2023, houve um aumento de 21,6% nas exportações, enquanto as importações registraram uma queda de 1,2%.

No acumulado do mês, as exportações atingiram US\$23,937 bilhões, enquanto as importações somaram US\$17,504 bilhões, resultando em um saldo positivo de US\$6,433 bilhões.

Os setores que se destacaram nas exportações foram Agropecuária, com um crescimento de US\$ 48,14 milhões (29,9%), Indústria Extrativa, com aumento de US\$ 129,78 milhões (53,7%), e produtos da Indústria de Transformação, com acréscimo de US\$ 45,81 milhões (7,3%).

Por outro lado, as importações tiveram um leve aumento de US\$ 0,06 milhão (0,3%) no setor Agropecuário, uma significativa queda de US\$ 19,74 milhões (-26,5%) na Indústria Extrativa e um crescimento de US\$ 8,92 milhões (1,1%) em produtos da Indústria de Transformação.

A média diária da corrente de comércio até a quarta semana de janeiro/2024 foi de quase US\$2,2 bilhões, resultando em um saldo diário médio de US\$338,59 milhões. Em comparação com janeiro/2023, houve um crescimento de 10,8% na corrente de comércio.

No dia 7 de fevereiro, a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgará os dados finais da revisão da Balança de 2023.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/01/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

MINISTRO DA AGRICULTURA REBATE MACRON SOBRE ACORDO COM O MERCOSUL: 'ESTÁ PENSANDO NO COURO DELE'

Segundo Fávoro, agro brasileiro tem grandes oportunidades com o Brics, grupo que reúne China e Índia, entre outros países

Por Eliane Oliveira — Brasília

O ministro da Agricultura, Carlos Fávoro, afirmou ao GLOBO que o presidente da França, Emmanuel Macron, está mais preocupado com o protecionismo de seu país, ao defender a suspensão das negociações para um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Macron tem sido fortemente pressionado pelos agricultores e outros segmentos da sociedade francesa, que são contra a retirada de subsídios ao setor.



Ministro Carlos Fávoro, da Agricultura — Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

— Ele está pensando no couro dele, no protecionismo dele, como sempre — disse Fávoro.

Segundo o ministro, o agronegócio brasileiro tem se beneficiado da nova geopolítica do Brasil, de fortalecimento do Brics — bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, em vias de ampliação com o ingresso de outros

países.

— Esse acordo bilateral (entre Mercosul e UE) é sempre muito bom. Mas hoje há uma nova geopolítica fortalecendo o Brics, que está dando grandes oportunidades ao agro brasileiro. E é assim que vamos continuar caminhando.

Apesar da posição contrária de Macron, o Mercosul e a União Europeia continuam negociando o acordo em nível técnico. Entre os principais pontos pendentes estão questões ambientais e compras governamentais.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 30/01/2024

NA VALE, OS 'CONSENSOS' SOBRE A GESTÃO BARTOLOMEO QUE VÃO PESAR NA SUCESSÃO

Por Rennan Setti



Eduardo Bartolomeo, presidente da Vale — Foto: Divulgação/Vale

Enquanto pululam nomes para suceder Eduardo Bartolomeo no comando da Vale, a avaliação sobre o mandato do atual CEO ainda está sendo finalizada pelo Comitê de Pessoas e Remuneração da mineradora. O documento será apresentado aos conselheiros da Vale sexta-feira, na reunião extraordinária que se debruçará sobre a sucessão.

Mas pessoas que acompanham o trabalho dizem que algumas conclusões são pontos pacíficos e vão constar do documento. A principal delas é que, para o comitê, a grande fragilidade da gestão de Bartolomeo foi a falta de articulação política, de Brasília a governos estaduais, como o do Pará. É lá que fica Carajás, principal mina da Vale. Segundo interlocutores, até o governador Helder Barbalho (MDB) teria manifestado a conselheiros da Vale seu descontentamento com o relacionamento com o CEO.

Essa avaliação é problemática para Bartolomeo, que tem se movimentado intensamente para continuar no cargo. Isso porque acionistas com peso relevante na Vale estão convencidos de que um dos principais atributos do próximo CEO deve ser a capacidade de relacionamento com o poder público.

Por outro lado, o documento vai afirmar que Bartolomeo foi capaz de elevar o nível de segurança das operações da Vale, praticamente extinguindo acidentes graves após a catástrofe de Brumadinho (MG), que ocorreu há cinco anos.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 30/01/2024

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL CRESCE 9,6% EM 2023 E CHEGA A R\$ 6,5 TRILHÕES

Em 2022, valor estava em R\$ 5,9 trilhões. O Tesouro anunciou o intervalo de R\$ 7 trilhões e R\$ 7,4 trilhões como piso e o teto para o ano de 2024.

Por Renan Monteiro — Brasília

A dívida pública federal cresceu 9,56% em 2023 e fechou o ano somando R\$ 6,52 trilhões. Os dados foram divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional nesta terça-feira. Em 2022, valor estava em R\$ 5,9 trilhões.

O endividamento do governo sobe para cobrir o déficit público — quando as receitas ficam abaixo das receitas, o que ocorreu em 2023, quando o rombo chegou a R\$ 230 bilhões. O estoque também sobe para rolar seus próprios títulos e pagar os juros dessa dívida.



- O déficit de R\$ 230,5 bilhões do governo federal em 2023 reflete, em parte, despesas contratadas na gestão do governo Bolsonaro;
- Desse total, R\$ 92,4 bilhões foi para o pagamento dos precatórios atrasados, que são as dívidas em que a União não pode mais recorrer.
- Há também o valor das indenizações a estados e municípios pela redução do ICMS em 2022, ano eleitoral. A União, de forma fracionada, vai destinar R\$ 27,01 bilhões aos entes até 2025.

No intervalo do mês de novembro para dezembro de 2022, o estoque da dívida pública apresentou aumento de 3,09%, também em termos nominais.

O total ficou dentro do intervalo de R\$ 6,4 trilhões a R\$ 6,8 trilhões estabelecido como meta no Plano Anual de Financiamento (PAF) do Tesouro para 2023.

— O objetivo da gestão da dívida é ter o menor custo possível no longo prazo, com a ponderação dos riscos assumidos. A combinação de custo e risco é objetivo da gestão da dívida — disse o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

Também nesta terça-feira, o Tesouro anunciou o intervalo de R\$ 7 trilhões e R\$ 7,4 trilhões como piso e o teto da dívida pública para o ano de 2024.

Juro e resgate

O endividamento vai aumentando com a emissão de títulos públicos, uma forma de “emprestar” dinheiro ao governo em troca de rentabilidade. As pessoas físicas e jurídicas, ao comprarem os títulos, podem resgatar os valores em prazo estipulado. Esses resgates líquidos (acima das emissões) somaram R\$ 38,8 bilhões em 2023.

Em contrapartida, a chamada apropriação de juros (montante destinado ao pagamento de juros) cresceu em R\$ 607,7 bilhões.

Com isso, de dezembro de 2022 para dezembro de 2023, o estoque da dívida cresceu R\$ 568,9 bilhões.

Dívida bruta

A dívida bruta do setor público consolidado (governo federal, INSS e governos estaduais e municipais) atingiu 73,8% do PIB ou R\$ 8 trilhões até novembro de 2023, último dado divulgado pelo Banco Central do Brasil. No fim de 2022, esse montante estava em cerca de 71,7% do PIB.

— É altamente improvável que os resultados negativos sejam revertidos sem uma política de controle dos gastos. Apenas a elevação das receitas não será suficiente para o governo voltar a registrar resultados primários positivos e, assim, colocar um freio na elevação do endividamento — avalia Marcelo Fonseca, economista-chefe da Reag Investimentos

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/01/2024

SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL DIZ QUE NEGOCIAÇÕES DE ACORDO MERCOSUL-UE CONTINUAM

Presidente da França defendeu a suspensão das conversas em meio a protestos de agricultores no país

Por Eliane Oliveira — Brasília

Um dia depois de o presidente da França, Emmanuel Macron, pedir a suspensão das negociações para um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Tatiana Prazeres, afirmou que as discussões não ocorrem entre países, e sim entre os negociadores dos dois blocos. Segundo ela, as conversas continuam.

— O Mercosul negocia com a Comissão (Europeia), não com Estados-membros — afirmou Prazeres.



Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior — Foto: Carol Carquejeiro/Valor

A secretária evitou fazer previsões sobre quando as negociações serão concluídas. Disse que os debates ocorrem, atualmente, em nível técnico.

— À luz do entendimento da última reunião do Mercosul, as negociações seguem no nível técnico. É difícil cravar uma data.

Não faria isso aqui.

Enquanto Macron é contra o acordo com o Mercosul, por enfrentar uma onda de protestos de agricultores, que pressionam o governo por alívio nos custos e acusam outros países de concorrência desleal, a União Europeia, como instituição, defende a conclusão das negociações ainda este ano.

Existe a expectativa de a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, vir ao Brasil ainda neste semestre para tratar do tema com autoridades de alto nível. Von der Leyen esteve em Brasília, em junho do ano passado, com esse objetivo. Foi recebida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e defendeu o acordo.

Nesta terça-feira, no entanto, após o pedido de Macron para que as negociações entre os dois blocos fossem interrompidas, o porta-voz da comissão disse que "as condições para conclusão do acordo não estão reunidas".

Embora tenha sido anunciado, em meados de 2019, como fechado pelos dois blocos, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o acordo não foi assinado. Há divergências sobre a inclusão de novos compromissos ambientais por parte dos europeus e em compras governamentais.

Quando for assinado, o texto será submetido ao Parlamento Europeu e ao legislativo de cada um dos 27 países da UE. O mesmo ocorrerá nos quatro países do Mercosul. O que quer dizer que as novas regras deverão demorar para entrar em vigor.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/01/2024

EXPORTAÇÕES DO BRASIL VÃO DEPENDER DO EL NIÑO. PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, BID PROJETA NOVA QUEDA NO 1º SEMESTRE

Economista do banco aponta aumento de market share como um dos ganhos da economia brasileira em 2023 que podem dar frutos agora

Por Luciana Casemiro



Trabalhadores ao lado de um navio atracado no Porto de Santos, no litoral de São Paulo, no terminal de exportação da BTP — Foto: Jonne Roriz/Bloomberg

A queda dos preços e a desaceleração no volume de vendas explicam a retração de 2,2% no valor das exportações de bens de América Latina e Caribe em 2023, segundo o relatório Estimativas de Tendências Comerciais para a região do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), divulgado nesta

terça-feira. Na avaliação do BID, a tendência de retração permanece para o primeiro semestre de 2024, mas o ritmo de queda deve diminuir, como já mostram os dados das vendas ao exterior no último trimestre do ano passado.



Segundo o BID, o Brasil foi uma das poucas economias da região onde o crescimento das exportações continuou a ser registrado. O valor das vendas externas do país aumentou 1,7% em 2023, após crescer 19% em 2022. Em termos reais, o relatório estima que as vendas externas do país tenham crescido 9,1%, o que denota o forte impacto contracionista dos preços sobre os valores exportados. Paolo Giordano, economista-chefe do Setor de Integração e Comércio do BID, conversou com exclusividade com o blog, diretamente de Washington, onde os termômetros marcavam 4 graus esta manhã. Ele pontua que um dos ganhos do Brasil em 2023 foi a ampliação do mercado:

- O Brasil ampliou seu market share em 2023, com a quebra da safra de soja da Argentina e de açúcar de Índia e Tailândia, o país abriu novos mercados, o que é importante e pode se refletir em bons resultados este ano. No último trimestre o contexto global da economia melhorou, somos muito mais otimistas agora. No entanto, o resultado para o Brasil vai depender da safra, se terá produto para entregar. Nesse primeiro semestre é pico do efeito el Niño na América Latina. Para além do agro, a melhora da perspectiva da economia global é importante para a indústria e o setor de serviços brasileiros.

Ponto fora da curva, o Brasil fechou 2023 com um superávit comercial recorde, de US\$ 98,8 bilhões, bem acima dos US\$ 61,5 bilhões registrados em 2022 e o maior resultado em mais de 30 anos. O resultado reflete uma safra recorde, que compensou o encolhimento do preço das commodities. Entre os produtos exportados pelo país, os aumentos mais importantes ocorreram na soja, no milho e no açúcar, como resultado do incremento do volume vendido, num contexto de queda de preços. Para 2024, o governo espera que as exportações aumentem ainda mais, para US\$ 348 bilhões.

Giordano explica que "após dois anos de expansão, no marco da recuperação do choque causado pela pandemia, as exportações da América Latina e Caribe entraram em uma fase de contração em 2023". Em 2022, as exportações haviam crescido 17%. Giordano pondera que "o balanço de riscos aponta para uma diminuição da tendência de contração comercial nos próximos meses, ainda que exista um alto grau de incerteza sobre a temporalidade e a intensidade de uma eventual recuperação".

- É muito difícil fazer projeções diante da dificuldade de se estimar quais serão os efeitos dos eventos climático. Temos tido uma catástrofe por ano na região. Mas é certo que Brasil e México têm se destacado na região. O desafio brasileiro no agro brasileiro é ser mais competitivo, reduzir custos para oferecer os preços mais baixo no mercado. Sem esquecer que hoje, competitividade passa por cumprimento de quesitos ambientais, de uma produção sustentável, sem desmatamento - ressalta o economista do BID.

A deterioração do desempenho das exportações foi generalizada na maior parte da região. De acordo com o relatório, os preços das principais commodities exportadas por América Latina e Caribe registraram queda em 2023. O BID ressalta, no entanto, que na maioria dos casos, os valores se estabilizaram ao longo do ano passado e apesar da retração ainda permanecem em níveis historicamente altos, efeito da pandemia.

Entre os produtos que tiveram queda de preços, o relatório destaca as taxas de variação interanuais negativas para petróleo (-16,7%), a soja (-8,6%) cobre (-3,6%) e minério de ferro (-0,9%). As projeções do BID apontam que os preços das matérias-primas devem manter "um padrão de alta volatilidade, com tendência descendente no contexto de uma demanda enfraquecida", embora o cenário central possa ser alterado por choques econômicos, políticos ou climáticos.

Segundo o relatório do banco, América do Sul e Caribe foram as sub-regiões mais afetadas, devido à queda nos preços das commodities. Em contrapartida, na Mesoamérica, que inclui países da América Central e o México, as exportações registraram variação positiva, impulsionadas pelo México e suas vendas para os Estados Unidos. Os fluxos da América Central permaneceram estagnados, mostram os dados do BID.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/01/2024

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA VAI CRESCER 11% ESTE ANO, MAS AINDA SERÁ BAIXO EM RELAÇÃO AO PIB

Levantamento da Inter.B Consultoria aponta R\$ 215,8 bilhões em aportes em 2024, menos de 2% do PIB. Mesmo com o novo PAC, investimento público deve ficar em 0,64% do PIB

Por Vinicius Neder — Rio



Desde 2016, os aportes na manutenção e construção de estradas estão abaixo de 2% do PIB — Foto: Reprodução/TV Globo

Os investimentos em infraestrutura na economia terão um aumento nominal, sem descontar a inflação, de 11% neste ano ante 2023, para R\$ 215,8 bilhões, mas seguirão abaixo de 2% do PIB, segundo dados que acabam de ser atualizados pela Inter.B Consultoria.

Mesmo com o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em agosto pelo governo federal, os investimentos públicos deverão ficar em 0,64% do PIB este ano, pouco acima do 0,6% de 2023, a metade do que foi em 2010. Para Cláudio Frischtak, presidente da Inter.B, os dados sugerem que o programa não conseguirá elevar substancialmente os aportes públicos.

No total, o investimento em infraestrutura projetado para 2024 ficará em 1,87% do PIB, ante 1,79% em 2023, segundo a Carta de Infraestrutura, relatório atualizado periodicamente pela consultoria.

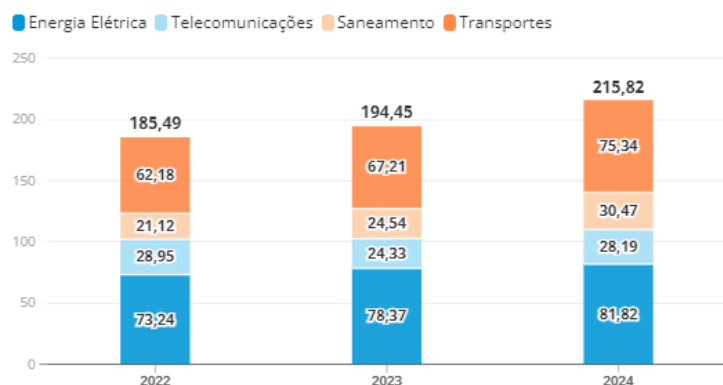
Desde 2016, os aportes na manutenção e construção de estradas, portos, aeroportos, linhas de transmissão, geração de eletricidade e redes de telecomunicações estão abaixo de 2% do PIB, quando, nas estimativas de Frischtak, deveriam ficar por anos no nível de 4%, para modernizar a infraestrutura do país.

Insuficiente e mal distribuído

Segundo o consultor, os dados da Carta de Infraestrutura apontam para um pequeno efeito do PAC não apenas por causa do avanço modesto no investimento público em infraestrutura como proporção do PIB, mas também por causa da composição.

Sector da infraestrutura

(Em R\$ bilhões)



Fonte: Inter.B Consultoria

Entre 2022 e a projeção para 2024, apenas o investimento público federal em rodovias teve um crescimento significativo. Ainda assim, ressaltou Frischtak, o aumento maior foi em 2023, e parece estar mais relacionado ao espaço para gastos criado pela emenda constitucional aprovada ainda na

transição de governo — a chamada “PEC da transição”. O investimento em mobilidade urbana, por exemplo, pouco mudou.

— Quando olhamos a distribuição dos investimentos em estruturas públicas, tem menos a ver com o PAC e mais a ver com peculiaridades dos setores — disse o presidente da Inter.B.

Para Frischtak, independentemente do PAC, as restrições à ampliação dos gastos públicos por causa do desequilíbrio nas contas do governo já sugeriam que os aportes privados precisarão puxar o necessário aumento nos investimentos em infraestrutura.

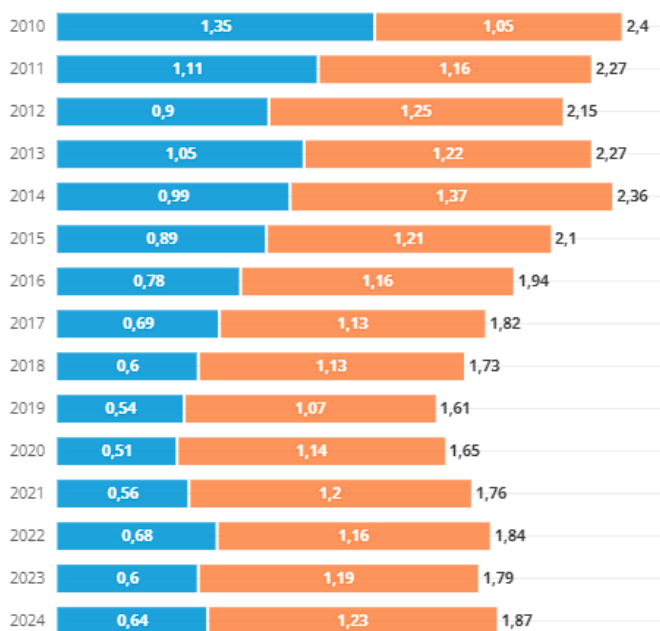
Emendas parlamentares atrapalham

Por isso, o fato de que os primeiros dados apontam para um efeito marginal do PAC não preocupa. Por outro lado, Frischtak chama a atenção para um fator que piorou a qualidade dos investimentos públicos nos últimos anos – o aumento dos valores destinados no Orçamento para as emendas parlamentares.

Investimentos públicos em infraestrutura caíram na última década

(Em % do PIB total)

■ Investimento público ■ Investimento privado



Fonte: Inter.B Consultoria

– As emendas, normalmente, não estão no processo de planejamento. Não há uma priorização clara. São altamente fragmentadas. E a qualidade da execução é muito ruim – afirmou o economista.

No Orçamento de 2024, serão R\$ 47,4 bilhões separados para as emendas, de todos os tipos, após o veto anunciado pelo presidente Lula. Nas contas de Frischtak, esse valor seria equivalente a 0,4% do PIB, ou seja, cerca de dois terços do investimento público projetado em infraestrutura.

Ao analisar os dados por setor, o consultor chamou a atenção para os investimentos em saneamento básico. Para Frischtak, os dados parecem mostrar efeitos do novo marco legal para o setor, aprovado em 2020. Os R\$ 7,9 bilhões projetados em aportes privados este ano deverão ter um bom impulso de concessões como as do Rio.

Demanda em alta no BNDES



A diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES, Luciana Costa, vê um quadro de crescimento nos investimentos em infraestrutura na demanda por financiamentos junto à instituição de fomento.

O banco aprovou R\$ 57,4 bilhões em novos financiamentos para a infraestrutura em 2023, alta nominal de 24% ante 2022, e liberou R\$ 36,1 bilhões para projetos já aprovados, aumento de 27%. Para 2024, a diretora vê novos aumentos de 25% a 30% nos dois indicadores:

— O carro-chefe serão os projetos de transição energética, saneamento básico e o financiamento a concessões recentes.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/01/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

COPOM DEVE CORTAR JURO EM 0,5 PONTO E PODE CONTAR COM CÂMBIO PARA RECOLOCAR INFLAÇÃO NO RUMO DA META

Cenário externo se mostra um pouco mais adverso, especialmente pelas indefinições em relação ao início do corte dos juros nos Estados Unidos

Por Eduardo Rodrigues

BRASÍLIA - O Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne a partir desta terça-feira, 30, para definir a nova taxa básica de juros do País, em meio às incertezas fiscais e à piora na inflação de serviços detectada no fim do ano - a despeito da surpresa positiva nos preços dos demais setores. Segundo economistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast, o Banco Central deve manter a cautela e seguir o plano de voo já anunciado, contando com alguma ajuda do câmbio ao longo de 2024 para enfim reancorar as expectativas do mercado para o IPCA nos próximos anos.

No mês passado, o Copom cortou a Selic pela quarta vez consecutiva em 0,5 ponto percentual, para 11,75% ao ano. O colegiado pregou cautela e manteve a sinalização de que o ritmo de corte de 0,5 ponto percentual continua sendo o mais apropriado para as próximas reuniões - no plural. De acordo com levantamento do Projeções Broadcast, a realização de ao menos três novos cortes de 0,5 ponto da taxa Selic, nas reuniões de janeiro a maio, é o cenário base de 56 das 60 casas (93%) consultadas. A decisão da reunião deste mês será divulgada no final da tarde desta quarta-feira, 31.

O economista-chefe do Banco Master, Paulo Gala, destaca que o ambiente externo - que o BC tinha sinalizado como "menos adverso" em dezembro - piorou um pouco. Ele lembra que as apostas do mercado por um corte de juros nos Estados Unidos já em março têm se dividido com expectativas por um começo de ciclo mais tardio, em maio ou junho.

"Houve uma certa euforia do mercado em dezembro que foi revertida, pelo menos no Brasil, com alguma correção. As bolsas americanas seguem em relativa euforia nos últimos dias, nas máximas históricas, mas o cenário de juros ficou um pouco mais adverso", ressalta.

O estrategista-chefe da Warren Investimentos, Sérgio Goldenstein, acrescenta que a curva de juros de 10 anos nos EUA subiu um pouco em relação ao último Copom. "Além disso, as tensões geopolíticas voltaram a aumentar. Nas últimas semanas, o preço do petróleo subiu, em função da tensão no Mar Vermelho", aponta.

Além disso, Goldenstein considera que a política industrial anunciada na semana passada incrementa o ruído fiscal, por expandir a parcela de crédito subsidiado pelo Tesouro Nacional, via BNDES. "Além disso, é mais um estímulo para a demanda agregada em um momento no qual o governo está muito preocupado com a desaceleração da atividade. Pode ser que a pressão

amente, com o risco de o governo recorrer a medidas mais heterodoxas. Essa notícia é algo que pode atuar na contramão da política monetária do BC”, alerta.

Já Gala destaca que o risco de mudança de meta de primário ainda persiste, apesar da resistência quase solitária no governo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Por outro lado, o economista do Master minimiza o pacote para a indústria que, segundo ele, não tem o tamanho necessário para impactar a potência da política monetária. “O efeito é menor do que se imaginava. Não vai mudar o balanço de riscos, mas o BC deve mostrar que está atento”, pondera.

Câmbio a favor

Com as expectativas para o IPCA estacionadas em 3,5% para 2025, 2026 e 2027 - e uma meta contínua de 3% - ambos os especialistas acreditam que o Copom pode ter uma ajuda do câmbio para trazer as projeções do mercado para o centro do objetivo perseguido pelo BC.

“Temos uma visão otimista do câmbio devido à solidez das contas externas, com uma balança comercial muito superavitária, tanto pelo agro como pelo petróleo. O real tem tendência sim de apreciação”, projeta Goldenstein. “O que pode limitar o movimento do real seria o FED adotar uma política não tão agressiva como a que está precificada hoje, o que levaria a valorização global do dólar.”

No mesmo sentido, Gala lembra que a autoridade monetária não realizou nenhum leilão de dólares “novos” em 2023. “O balanço de dólares brasileiro está muito positivo. A taxa de câmbio pode vir a R\$ 4,50 ao longo do ano, o que seria um elemento muito forte para trazer expectativas para 3%. E isso independe do que o BC vai fazer. O risco é uma mudança muito maior na meta fiscal, que poderia afastar o capital do País e impedir essa apreciação do real”, completa.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/01/2024

EQUIPE ECONÔMICA CRIA ‘PLANO DE GUERRA’ DE CURTO PRAZO PARA REDUZIR BLOQUEIO E MANTER DÉFICIT ZERO

Ações buscam acelerar a entrada de receitas no caixa da União e cortar gastos por meio da identificação de fraudes, principalmente no INSS; há ainda negociações com o Congresso

Por Bianca Lima, Mariana Carneiro e Anna Carolina Papp

BRASÍLIA – A equipe econômica montou um “plano de guerra” para reduzir ao máximo a necessidade de bloqueio orçamentário no primeiro relatório bimestral de receitas e despesas do ano, previsto para março – e, assim, tentar manter viva a meta de déficit zero em 2024.

O entendimento é de que um contingenciamento (bloqueio preventivo de despesas) expressivo inviabilizaria politicamente a manutenção do objetivo fiscal, perseguido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas alvo de constante fogo amigo dentro do PT.

A estratégia é acelerar, no curtíssimo prazo, a entrada de arrecadação nova no caixa da União e tentar garantir o maior corte possível de gastos por meio do combate a fraudes, principalmente na Previdência. Há, ainda, negociações com o Congresso para postergar decisões com impacto nas contas públicas – como, por exemplo, a desoneração da folha de pagamentos e a recomposição de políticas públicas desidratadas pelos parlamentares.



Entendimento é de que bloqueio expressivo inviabilizaria politicamente a manutenção do objetivo fiscal, perseguido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas alvo de constante fogo amigo dentro do PT. Foto: Diogo Zacarias/ME

Fontes da equipe econômica também alegam que a questão sazonal joga a favor do governo. Isso porque as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um dos focos



do presidente Lula em ano eleitoral, não terão seus pagamentos concentrados nesses primeiros meses. Pelo contrário: os empreendimentos precisam seguir um rito de contratação, empenho da verba pública, liquidação e efetivo desembolso. Portanto, as despesas acabam sendo diluídas, com maior concentração no fim do período orçamentário.

Além da manutenção da meta de déficit zero e do foco eleitoral, a batalha para evitar o contingenciamento envolve uma outra razão: manter de pé a possibilidade de abertura de um segundo crédito suplementar, no valor de cerca de R\$ 15 bilhões, previsto para maio. Economistas ouvidos pelo Estadão apontam que seria difícil o governo sustentar o argumento de abertura desse novo espaço para gastos em um cenário de despesas bloqueadas.

O plano da equipe econômica se baseia em quatro pilares principais (veja abaixo), com foco, sobretudo, no curto prazo – o que levanta dúvidas sobre como o governo seguirá evitando contingenciamentos ao longo dos próximos relatórios bimestrais e alcançará as metas propostas para os exercícios seguintes.

1. Arrecadação: Fisco acelera regulamentações

Pela ótica da receita, a medida considerada mais urgente é a regulamentação da lei que altera a tributação das empresas que recebem algum tipo de subvenção do ICMS. A MP que determina a volta da tributação federal dessas grandes companhias foi aprovada no apagar das luzes de 2023, e o Fisco corre para colocar as regras de pé nos próximos dias.

O governo estima arrecadar R\$ 35 bilhões por ano com a medida, mas há um valor a ser recolhido no curto prazo que ainda não está na conta.

Com a mudança legal, o governo pretende cobrar o devido em impostos federais dos últimos cinco anos. As empresas terão, contudo, um desconto de 80% nas dívidas tributárias, caso façam a adesão voluntária ao programa. Os 20% desse estoque ainda não estão no cômputo da arrecadação prevista e é com isso que o Ministério da Fazenda trabalha para incrementar a receita no curtíssimo prazo.

O entendimento da Receita Federal, segundo apurou o Estadão, é de que o desconto é favorável às empresas a ponto de desestimular a contestação judicial, que acarretaria em pagamentos de custas judiciais acima desse percentual. Assim, acredita-se que haverá interesse em optar pelo recolhimento imediato.

O universo de tributação dessa medida alcança, principalmente, 500 grandes empresas. Elas responderam por dois terços da renúncia tributária com a medida, em 2022, avaliada em R\$ 53 bilhões.

A Receita também prepara a regulamentação da tributação dos sites de apostas esportivas, cuja arrecadação prevista no Orçamento neste ano é de pouco mais de R\$ 700 milhões. A cifra, porém, é considerada conservadora nas estimativas oficiais. Ou seja, pode-se arrecadar mais, na visão da Fazenda.

A equipe econômica crê também ter feito estimativas conservadoras sobre o potencial de arrecadação das medidas aprovadas em 2023, como na tributação dos fundos offshore e de super ricos. Em dezembro, o recolhimento de impostos foi de R\$ 3,9 bilhões, ante uma previsão de R\$ 3,2 bilhões.

Na mudança das regras do JCP (Juros sobre Capital Próprio), um tipo de tributação sobre a remuneração de grandes empresas a seus investidores, o governo ainda prevê arrecadar perto de R\$ 10 bilhões por ano, mesmo com as concessões feitas na reta final da tramitação. A equipe econômica avalia que a simples mudança na tributação do JCP vai alterar a forma como as empresas fazem hoje esse pagamento e se prepara para fechar eventuais portas para o planejamento tributário.



O governo também se surpreendeu positivamente com o recolhimento de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em dezembro. Houve um aumento de 9% advindo de pessoas físicas e 3% de pessoas jurídicas, o que sugere uma recuperação do crédito, o que tem potencial de estimular o restante da economia e gerar mais impostos nesse período.

2. Gastos: fraudes no INSS e Lupi 'salvador' do Orçamento

Já pelo lado do gasto, a aposta é no combate a fraudes na Previdência, que se intensificou com o uso de inteligência artificial no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como antecipou o Estadão em dezembro. Desde o último dia 15, a ferramenta criada pela Dataprev realiza varreduras em atestados médicos enviados pela internet.

Um grupo de trabalho interministerial também está debruçado sobre esses pagamentos, que representam a maior despesa pública. A meta mínima de economia na revisão dos benefícios é de R\$ 12,5 bilhões, inclusive já incorporada ao Orçamento de 2024, que conta com valores subestimados para essa rubrica.

Mas a avaliação, dentro do governo, é de que há espaço para superar essa cifra. Por esse motivo, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, tem sido chamado, nos corredores da Esplanada, de possível "salvador" do Orçamento. Ele se reuniu na tarde desta segunda-feira, 29, com Haddad para discutir o tema. Na saída, Lupi que as ações tocadas pela pasta devem superar a meta prevista no Orçamento.

A ordem de realizar um pente-fino no INSS foi cancelada pela Junta de Execução Orçamentária (JEO), órgão que centraliza as discussões ligadas a contas públicas e é formado por Fazenda, Planejamento, Gestão e Casa Civil. Ou seja, a decisão teve o aval da ala política, o que reforça a confiança da equipe econômica no empenho de Lupi.

O objetivo é tentar repetir o bom desempenho que o Ministério do Desenvolvimento Social teve com as revisões do Cadastro Único, que levaram a uma economia de mais de R\$ 10 bilhões no Bolsa Família – parte dela já usada para bancar os novos beneficiários do programa. Como a Previdência é um universo muito maior do que a ajuda social, projeta-se uma cifra bem superior. O tempo de trabalho, no entanto, é pequeno e ainda não há cifras confiáveis, segundo relatos de interlocutores.

3. Adiar recomposição de políticas públicas

O terceiro pilar é adiar uma eventual recomposição de políticas públicas que sofreram desidratações relevantes durante a tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA) no Congresso, na qual os parlamentares inflaram os valores das emendas destinadas a redutos eleitorais.

Na sanção da LOA, o presidente Lula vetou R\$ 5,6 bilhões dessas emendas, com a justificativa de repor as políticas, mas essa realocação está em "banho-maria", segundo apurou o Estadão. Primeiro, porque o governo terá de cortar R\$ 4,4 bilhões em despesas devido à inflação menor que o previsto em 2023. Portanto, sobriam apenas R\$ 1,2 bilhão para essa recomposição.

Mas a ordem, dentro da Esplanada, é aguardar para ver como as despesas e receitas vão se comportar até o relatório de março. Esse compasso de espera, porém, só vai funcionar se o veto do presidente não for derrubado, como desejam os parlamentares. Dentre as políticas públicas desidratadas durante a tramitação da LOA estão:

- Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica: - R\$ 1,1 bilhão
- Farmácia Popular: - 381,7 milhões
- Educação e trabalho na Saúde: -R\$ 317,6 milhões
- Instituições federais de ensino superior: -R\$ 157,2 milhões
- Bolsas de estudo no Ensino Superior: -R\$ 151,4 milhões
- Auxílio Gás: - R\$ 137,8 milhões



4. Manter a MP da desoneração da folha vigente

Por fim, como antecipou o Estadão, o governo quer manter a Medida Provisória da reoneração da folha de pagamentos vigente enquanto negocia um meio-termo com o Congresso.

A MP foi baixada na véspera do ano-novo, após decisão contrária do Congresso, irritando os parlamentares, que agora pressionam pela devolução do texto. Frentes ligadas ao setor produtivo planejam aumentar a pressão sobre o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e preparam um ato para exigir essa devolução. A data prevista, por enquanto, é 7 de fevereiro.

O ideal para o governo, no entanto, é que a MP continue válida e um projeto de lei alternativo – ainda em construção – seja votado antes de 1º de abril, quando a medida começaria a produzir efeitos de reoneração. Até lá, os setores não sentiriam as mudanças e seria possível chegar a uma solução intermediária sem impactos orçamentários.

Isso porque, segundo especialistas em contas públicas consultados pelo Estadão, caso a MP seja revogada, como desejam os parlamentares, a equipe econômica terá de incorporar ao Orçamento de 2024 toda a renúncia fiscal gerada pela desoneração, de cerca de R\$ 20 bilhões.

Além disso, não poderá incorporar o ganho de receita advindo da limitação no uso de créditos tributários por empresas, mudança também proposta no texto e com impacto estimado em outros R\$ 20 bilhões.

Como consequência, os ministérios da Fazenda e do Planejamento seriam obrigados a realizar um contingenciamento maior em março, aumentando a pressão da ala política por uma mudança na meta de déficit zero.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/01/2024

ANÁLISE - PLANO NOVA INDÚSTRIA BRASIL NÃO É INCOMPATÍVEL COM O OBJETIVO DO GOVERNO DE SUSTENTABILIDADE FISCAL

Muitas das críticas ao novo programa são apressadas, superficiais e se revelam carregadas de preconceito e desinformação

Por Antonio Corrêa de Lacerda

O Plano Nova Indústria Brasil (NIB), que acaba de ser lançado pelo governo brasileiro neste mês, traz importantes iniciativas e avanços para fomentar a neointustrialização do País. Alguns aspectos devem ser ressaltados. O primeiro é a abordagem inovadora da sua construção, baseada em missões. O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CNDI), reativado no governo Lula III, reuniu cerca de 20 ministérios e várias entidades representativas da indústria e dos trabalhadores. Nele foram definidas seis missões norteadoras das políticas ora divulgadas, em linha com o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e com o Plano de Transição Energética (PTE).

Segundo, o programa reflete as discussões realizadas, tratando-se, portanto, não de um plano de gabinete, mas das visões dos agentes envolvidos, o que lhe dá legitimidade e comprometimento quanto aos objetivos, metas e ações necessárias.

Terceiro, o cenário global pós covid-19, os efeitos da crise climática e as guerras entre os países Rússia e Ucrânia e Israel e Hamas representam uma revisão dos preceitos da globalização até então vigente. Está em curso um novo conceito de localização das plantas produtivas, que leva em conta os aspectos logísticos e de segurança de fornecimento. Fatores como a proximidade dos fornecedores (nearshoring) e as questões geopolíticas (friendshoring) visam a minimizar os riscos de descontinuidade do processo produtivo, como o ocorrido recentemente com os semicondutores (chips).



Plano do governo foi lançado na última segunda e prevê investimento por meio de crédito subsidiado do BNDES
Foto: Ricardo Stuckert / Presidência da República

Grande parte das críticas apressadas e superficiais à Nova Indústria Brasil se revela eivada de preconceito e desinformação. Sem esmiuçar os objetivos e meios do programa, houve uma tentativa de rotulá-lo como uma “volta ao passado” de subsídios e de busca de “campeões nacionais”. Nada mais equivocado. O programa não é incompatível com o objetivo do governo de sustentabilidade fiscal. Não haverá aportes da Secretaria do Tesouro Nacional para suprir a estimativa de financiamento dos R\$ 300 bilhões, que serão conduzidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), principalmente.

Em linha com as melhores práticas internacionais, o Brasil conta, finalmente, com um plano para a retomada do desenvolvimento sustentável, verde, digital e inclusivo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 30/01/2024



CNN BRASIL

LULA E TARCÍSIO SE REÚNEM NO PLANALTO E DISCUTEM ACORDO SOBRE CONSTRUÇÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Obra tem custo estimado de quase R\$ 6 bilhões de reais
Por Daniel RittnerCaio Junqueira da CNN - Brasília e São Paulo



Encontro ocorreu para selar o acordo envolvendo a obra de um túnel submarino ligando Santos e Guarujá

O presidente Lula e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, se reuniram na tarde desta terça-feira (30) no Palácio do Planalto.

O encontro ocorreu para selar o acordo envolvendo a obra de um túnel submarino ligando Santos e Guarujá.

Um primeiro encontro entre Tarcísio e os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e dos Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, ocorreu durante a manhã no Planalto.

Um acordo sobre a construção do túnel foi desenhado e ficou acordado que ele seria selado em uma reunião à tarde entre Tarcísio e Lula.

O governo federal recuou do plano de levar adiante, sem ajuda financeira do estado de São Paulo, a obra do túnel Santos-Guarujá — estimada em cerca de R\$ 6 bilhões.

Segundo relatos feitos à CNN por fontes próximas aos dois lados, ficou acertado que a obra será executada com recursos iguais da União e do Tesouro paulista, com complemento de investidores privados por meio de uma PPP.



O governo federal deverá aportar R\$ 2,7 bilhões no empreendimento e São Paulo entrará com outros R\$ 2,7 bilhões — mediante financiamento do BNDES ou de agências internacionais de desenvolvimento.

Os estudos ainda estão sendo finalizados, mas a perspectiva é de que seja necessário um pequeno adicional de investidores para fechar a conta do túnel. Nesse caso, seria uma parceria público-privada, com leilão previsto para novembro.

Essa fórmula vinha sendo discutida entre os governos Lula e Tarcísio, mas sofreu um revés agora em janeiro. Há duas semanas, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, informou à CNN que a União não contaria mais com recursos de São Paulo na obra do túnel.

Tarcísio reagiu imediatamente. À CNN, criticou a postura do governo federal e cobrou participação no empreendimento.

“É lamentável que se fique em uma disputa de paternidade da obra”, disse Tarcísio na ocasião. “Por que não superar a questão política e ser republicano? Está na hora de deixar o discurso de lado e exercitar a união que dizem pregar”.

Pelo novo desenho do governo federal, a ideia era envolver o Palácio dos Bandeirantes apenas com a cessão do projeto de engenharia pela estatal paulista Dersa e com o processo de licenciamento ambiental pela Cetesb.

Para a gestão Tarcísio, havia risco de atraso na obra com esse novo desenho, que precisaria percorrer outras etapas. Por isso, São Paulo insistiu em manter o plano anterior.

Antiga reivindicação na Baixada Santista, o túnel deve beneficiar pelo menos 80 mil pessoas diariamente. Cerca de 14 mil automóveis e caminhões de até três eixos fazem diariamente o trajeto entre Santos e Guarujá.

Pela estrada, a viagem dura aproximadamente uma hora. Por balsa, pode levar 18 minutos. Com o túnel, poderá ser feita em menos de dois minutos.

A previsão é ter uma faixa dedicada para a passagem de veículos leves sobre trilhos (VLTs), com impacto positivo sobre a mobilidade urbana. Do ponto de vista ambiental, 72 mil toneladas de CO2 deixarão de ser emitidas por ano.

Há um pano de fundo, entretanto, que vai muito além de aspectos técnicos e financeiros. Tarcísio, ex-ministro da Infraestrutura, consolidou uma imagem de “tocador de obras” antes de chegar ao Bandeirantes.

A ideia do Planalto de afastar São Paulo do envolvimento direto com a execução do túnel minava essa imagem.

Quando Tarcísio era ministro, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a construção do túnel seria uma contrapartida para quem levasse a privatização do Porto de Santos.

Ao assumir, Lula descartou a privatização e começou a costurar o plano de fazer o túnel como obra pública, com ou sem um aporte complementar do setor privado.

Porto de Santos

Como revelou a CNN, há uma grande cerimônia organizada pelo Palácio do Planalto para esta sexta-feira (02) em Santos que levou Tarcísio a reunião de emergência no Palácio do Planalto com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Isso porque Lula, o vice Geraldo Alckmin e parte de seus ministros participarão de um grande ato de aniversário do porto de Santos em uma cerimônia na qual estão previstos uma série de anúncios como a retirada do Porto da relação de bens privatizáveis e que o túnel entre Santos e Guarujá será feito pelo governo federal.

Tarcísio não pretendia ir ao ato, mas seus aliados dizem que após a ida é Brasília e se houver um acordo com Lula pode reavaliar sua participação.

No governo federal, o evento de sexta é tratado como um dos mais importantes neste início de segundo ano de mandato. Além do ineditismo da obra — um túnel submarino — uma fonte relatou a CNN que “a sucessão passa pelo túnel”. Uma alusão ao potencial que ela tem de fragilizar a imagem de Tarcísio “tocador de obras”. O governador paulista um potencial adversário do petismo em 2026.

Além disso, dá um discurso para aliados de Lula que são potenciais candidatos ao Bandeirantes em 2026, como o ministro da Micro e Pequena Empresa Marcio França e o vice-presidente Geraldo Alckmin.

De quebra, a obra é vista como algo que tem potencial de aproximar ainda mais o Republicanos do governo federal. Isso porque o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, é do partido, assim como Tarcísio.

Fonte: CNN

Data: 30/01/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

LULA ASSINA CONCESSÃO DE RODOVIAS DO PARANÁ EM EVENTO COM GOVERNADOR BOLSONARISTA

Expectativa do governo federal é que empresas vencedoras do leilão injetem, pelos próximos 30 anos, R\$ 30,4 bilhões nas estradas

Por Renan Truffi e Fabio Murakawa, Valor — Brasília



Presidente Lula — Foto: Reprodução/TV Senado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, nesta terça-feira, a concessão de uma série de rodovias federais e estaduais do Paraná que foram leiloadas em 2023. Com isso, a expectativa do governo federal é que as empresas vencedoras do leilão injetem, pelos próximos 30 anos, R\$ 30,4 bilhões (somados investimentos e serviços operacionais) nas estradas que compõem os dois lotes.

Segundo o Executivo, mais de mil quilômetros do sistema rodoviário paranaense — distribuídos em 19 trechos que abrangem mais de 40 municípios — receberão intervenções como duplicações e implantação de terceiras faixas, obras estruturantes para elevar a qualidade dos trechos concedidos, além de tecnologias para maior segurança viária.

Agora, os trechos rodoviários em questão passarão a ser administrados pela Infraestrutura Brasil Holding XXI S.A., vencedora do Lote 1 e que vai gerir o ativo como concessionária Via Araucária, e pelo Consórcio Infraestrutura PR, que arrematou o Lote 2 e o administrará como EPR Litoral Pioneiro.

A assinatura de concessão aconteceu em cerimônia aberta no Palácio do Planalto e contou com a presença do governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD-PR), conhecido por sua proximidade com políticos bolsonaristas. Também participaram do evento os ministros da Casa Civil, Rui Costa (PT-BA), e dos Transportes, Renan Filho (MDB-AL).

"É o início de um novo momento para a infraestrutura do Estado do Paraná, queremos transformar o Paraná numa central logística da América do Sul, somos a ligação do Sul com o Centro-Oeste brasileiro e fazemos fronteira com Argentina e Paraguai", disse o governador Ratinho Júnior (PSD-PR).

Após o discurso do governador paranaense, Rui Costa também falou ao público presente e destacou o fato de o governo fechar parcerias com governadores ignorando a "filiação partidária".

O anúncio faz parte das primeiras concessões do chamado "Novo PAC", versão repaginada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "O modelo tem como característica a garantia de tarifas mais justas de pedágio associadas às melhorias e intervenções nos trechos concedidos", diz o comunicado da Secretaria de Comunicação Social.

"Para os motoristas, o desconto deve ser em média 40% menor aos valores praticados anteriormente no Estado — estão previstas cinco praças de pedágio no Lote 1 e outras seis no Lote 2", complementa o texto.

O Lote 1 é formado pelas BRs-277/373/376/476/PR e as PRs-418/423/427, que terão 344 quilômetros de vias duplicadas. Já no Lote 2 (BRs-153/277/369/PR e PRs-092/151/239/407/408/411/508/804/855), que dá acesso ao litoral e à região do Porto de Paranaguá, mais de 350 quilômetros de pistas duplas serão incorporadas à malha rodoviária.

Em ambos os lotes, estão previstas a implantação de novas estruturas – como pontes, trevos e viadutos – e melhorias nos dispositivos que já existem ao longo das pistas concedidas.

Além disso, o ministro Renan Filho disse no evento que, ainda neste ano, o governo vai ofertar à iniciativa privada outros dois lotes de estradas do Paraná para concessão. Segundo ele, esses serão os lotes 3 e 6. Neste sentido, o ministro acrescentou ainda que o governo quer replicar modelo de "não-outorga", exatamente como feito agora Paraná, em concessões Brasil afora.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 30/01/2024

GOVERNO LULA E TARCÍSIO FARÃO ACORDO PARA CONSTRUÇÃO DO TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ, DIZ MINISTRO

Segundo Rui Costa, anúncio está programado para essa semana, em visita do presidente ao litoral de SP

Por Renan Truffi e Fabio Murakawa, Valor — Brasília



Reunião entre Rui Costa (centro), Tarcísio (à esq.) e Silvio Costa (à dir.), em Brasília — Foto: Reprodução/X - Rui Costa

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, confirmou na tarde desta terça-feira (30) que os governos federal e de São Paulo vão fechar um acordo em torno da construção de um túnel entre Santos e Guarujá, no litoral paulista. Segundo o titular da Casa Civil, o anúncio está programado para esta sexta-feira (2), quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitará a região.

O assunto foi discutido numa reunião, realizada nesta tarde, que envolveu o próprio Lula, o governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e os ministros Rui Costa e Silvio Costa Filho



(Portos e Aeroportos). Rui adiantou o anúncio ao enaltecer o fato de o governo federal estar fechando parcerias com governadores independentemente de sua "filiação partidária".

Tarcísio viajou para a capital federal justamente para negociar uma adesão do governo de São Paulo ao empreendimento. O governador de São Paulo ligou sinal de alerta sobre o assunto ao descobrir que a gestão petista marcou para este fim de semana um evento de apresentação da obra, que promete desafogar o escoamento do Porto de Santos, um dos mais importantes do país. A previsão é que Lula vá ao litoral nos próximos dias e oficialize o início das obras.

Por ser ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro, Tarcísio vinha ficando de fora das negociações e, portanto, não poderia colocar o empreendimento no rol de entregas da sua gestão. Com esse acordo entre o governo paulista e o Executivo federal, no entanto, a tendência é que São Paulo passe a figurar como um dos entes por trás do financiamento da obra.

Até então, a previsão era que a obra fosse viabilizada apenas com recursos federais, ou seja, por meio do "novo PAC", como é conhecida a nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 30/01/2024

GOVERNO LULA E TARCÍSIO INDICAM POSSÍVEL ACORDO SOBRE CONSTRUÇÃO DE TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ

Gestão federal anunciou obra sem participação do governo paulista
Por Renan Truffi e Fabio Murakawa, Valor — Brasília

Os governos federal e de São Paulo estão próximos de selar um acordo em torno da construção de um túnel entre Santos e Guarujá, no litoral paulista. O assunto foi discutido numa reunião, realizada mais cedo, que envolveu tanto o governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), como os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filha.

Tarcísio viajou para a capital federal justamente para negociar uma adesão do governo de São Paulo ao empreendimento. Um segundo encontro sobre o assunto deve acontecer ainda nesta terça-feira (30), no Palácio do Planalto, segundo interlocutores. Não está claro, no entanto, se o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá participar desta nova reunião.

O governador de São Paulo ligou sinal de alerta sobre o assunto ao descobrir que a gestão petista marcou para este fim de semana um evento de apresentação da obra, que promete desafogar o escoamento do Porto de Santos (SP), um dos mais importantes do país. A previsão é que Lula vá ao litoral nos próximos dias e oficialize o início das obras.

O problema é que, por ser ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro, Tarcísio de Freitas vinha ficando de fora das negociações e, portanto, não poderia colocar o empreendimento no rol de entregas da sua gestão. Com esse possível acordo entre o governo paulista e o Executivo federal, a tendência é que o São Paulo passe a figurar como um dos entes por trás do financiamento da obra.

Até o momento, a previsão era que a obra fosse viabilizada apenas com recursos federais, ou seja, por meio do "novo PAC", como é conhecida a nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento. Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo — Foto: Monica Andrade/Governo de São Paulo

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 30/01/2024

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA DEVE SUBIR 11% EM 2024, PROJETA CONSULTORIA

Segundo a Inter.B, o crescimento deverá acontecer tanto nos aportes públicos, que devem subir 14,47%, quanto nos privados, que devem ter alta anual de 9,26%

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Previsão da consultoria Inter.B é que os maiores saltos de investimentos em 2024 aconteçam nos setores de transportes e de saneamento — Foto: Divulgação

Os investimentos em infraestrutura deverão ter um aumento de 11% neste ano, subindo de R\$ 194,45 bilhões em 2023 para R\$ 215,83 bilhões em 2024, segundo projeções da consultoria Inter.B. O crescimento deverá acontecer tanto nos aportes públicos, que devem subir 14,47%, para R\$ 74 bilhões, quanto nos privados, que devem chegar a R\$ 141,8 bilhões, alta anual de 9,26%.

A participação desses investimentos no PIB nominal deverá ficar em torno de 1,87% em 2024, um leve avanço em relação ao indicador de 1,79% projetado para 2023. Os dados contemplam os setores de transporte, saneamento básico, energia elétrica e telecomunicações.

“É positiva a ampliação dos investimentos, tanto em termos nominais quanto em termos reais. Deve haver um aumento do lado público e do privado. Esse é o lado do copo meio cheio. O lado do copo meio vazio é que o volume ainda segue muito distante do que é necessário para modernizar a infraestrutura do país. Não é um ritmo de investimento suficiente para, em cinco, dez anos, termos uma infraestrutura significativamente melhor”, afirma Cláudio Frischtak, sócio da Inter.B.

Para ele, outro problema adicional é a governança do investimento público — um desafio para garantir que os efeitos desejados pelos investimentos sejam atingidos.

“A qualidade de governança do investimento público tem se deteriorado. Há um salto nas emendas parlamentares, que, na média, têm qualidade ruim. São recursos que ficam descolados do processo de planejamento do governo, com execução muito falha, fora outros problemas”, diz ele. “Se a governança dos investimentos é frágil e nada indica que vai melhorar, a alternativa é incentivar o setor privado, criar ambiente para atrair investidores, com segurança jurídica”, complementa. No levantamento, os investimentos públicos incluem aportes dos governos federal, estaduais e municipais.

Em uma análise setorial, a previsão é que os maiores saltos de investimentos em 2024 venham dos setores de transportes — o que inclui rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, aeroportos e mobilidade urbana — e de saneamento. A consultoria projeta que R\$ 75,34 bilhões sejam investidos em transporte no total, com destaque para o segmento rodoviário (R\$ 47,05 bilhões previstos), com alta anual de 12,10%. Em saneamento básico (apenas nos segmentos de abastecimento de água e esgotamento sanitário), a previsão é de R\$ 30,47 bilhões, um aumento de 24,16% em comparação com 2023.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/01/2024

LULA, ALCKMIN E AS VÍTIMAS DAS ELEIÇÕES

Eleição municipal em São Paulo colocará o presidente e seu vice em palanques diferentes

Por Andrea Jubé Jornalista e advogada, começou a acompanhar de perto os bastidores políticos em Brasília em 2007. Desde 2013, é repórter da editoria de Política do Valor

Tancredo Neves, até hoje uma das raposas mais felpudas da política brasileira, dizia que “não se faz política sem vítima”. A eleição municipal em São Paulo testará essa máxima num cenário em que, após a vitória juntos em 2022, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) voltarão a se enfrentar em lados opostos. fará campanha para a chapa Guilherme



Boulos (Psol) e Marta Suplicy (PT) para a prefeitura, enquanto Alckmin pedirá votos para a deputada Tabata Amaral, que lançou a pré-candidatura pelo PSB. Lula é esperado para o ato de (re)filiação de Marta ao PT nesta sexta-feira (2).

A seis meses do início da campanha, aliados do presidente especulam, em conversas reservadas, que Lula atuará para enterrar a candidatura de Tabata assim como fez com o ex-governador Márcio França (PSB) - hoje ministro do Empreendedorismo -, que desistiu de concorrer ao Palácio dos Bandeirantes em 2022 para apoiar o então postulante do PT, Fernando Haddad.

Em retribuição ao gesto, França foi nomeado ministro de Portos e Aeroportos, pasta estratégica para Santos (SP), seu reduto eleitoral. Contudo, meses depois, foi remanejado para abrir espaço para o Centrão no governo.

Agora os rumores são de que Lula ofereceria a pasta da Ciência e Tecnologia - um feudo histórico do PSB nas gestões petistas - para Tabata, caso ela renunciasse à empreitada. O problema é que o lugar está ocupado pelo PCdoB, outro aliado do petista.

Um representante do PT paulista diz que tais rumores são prematuros e sem lastro. Até porque há dúvida se a candidatura de Tabata ajuda ou atrapalha Boulos.

A percepção interna na campanha do Psol e PT é que Tabata não teria fôlego para tirar de Boulos uma vaga no segundo turno contra o prefeito Ricardo Nunes (MDB). Por isso, o melhor seria conduzir uma campanha de não agressão contra a postulante do PSB, e contar com o apoio de Alckmin e Márcio França na reta final.

Essa conjuntura de embate entre PT e Psol de um lado, e PSB do outro, traz, como pano de fundo, a relação de respeito e amizade que se desenvolveu entre Lula e Alckmin desde a campanha presidencial. Uma relação de quase meio século na política e na defesa da democracia no Brasil.

Alckmin costuma dizer a interlocutores que Lula e ele estavam do mesmo lado em 1978, mesmo apoiando nomes distintos. Então no MDB, Alckmin fez campanha para Franco Montoro para o Senado, e Lula para Fernando Henrique Cardoso. O time era o mesmo, alega o vice, porque o adversário era o postulante da Arena, que apoiava a ditadura. Depois, ambos atuaram juntos pela redemocratização do país em 1984, e na sequência, tornaram-se deputados constituintes.

Mesmo quando Lula venceu José Serra em 2002 na sucessão presidencial, a relação entre ambos foi pautada pelo respeito. Em novembro daquele ano, o então presidente da Câmara e governador eleito de Minas Gerais, Aécio Neves, convidou Lula para uma reunião com os governadores do PSDB eleitos em Araxá (MG).

O gesto irritou uma ala Tucana, que não queria o adversário no primeiro encontro dos novos mandatários do PSDB. Mas Lula compareceu ao ato, e teve uma conversa reservada com Alckmin, então reeleito governador de São Paulo. Ele comunicou o paulista que convidaria o empresário Roberto Rodrigues, liderança do agronegócio, para o Ministério da Agricultura.

Quando relembra o episódio, Alckmin admite a interlocutores que ficou contrariado porque queria o escolhido em sua gestão. Rodrigues consultou-se com Alckmin e argumentou que não tinha votado no petista. O governador recomendou que ele informasse o fato a Lula. Se mesmo assim o convite fosse mantido, ele deveria aceitar. E Rodrigues foi ministro, e ficou no cargo até meados de 2006.

Em 2004, Lula viajou para a China e convidou Alckmin e Aécio para a comitiva. Alckmin confessou a pessoas próximas que teve receio de voar no "Sucatão". O temor não era gratuito: o Boeing em uso havia mais de 40 anos havia passado um susto no vice Marco Maciel em 1999, quando uma turbina explodiu.

A campanha presidencial de 2006, em que Lula e Alckmin se enfrentaram, foi uma das mais acirradas, e teve golpes diretos na jugular. Anos depois, em 2018, quando Lula foi preso, Alckmin



declarou que “ninguém está acima da lei”. Tantos anos depois, os dois lados minimizam o calor dos embates, e dizem que as canceladas fazem parte das disputas no presidencialismo. Uma preocupação na campanha Boulos-Marta é evitar o erro do PT com Marina Silva (Rede Sustentabilidade) na campanha de 2014. Havia um pacto de não agressão, que depois se aboliu diante do risco dela chegar ao segundo turno, e excluir Dilma Rousseff (PT). O marqueteiro João Santana subiu o tom, conduziu um massacre contra Marina, e somente a escalada do bolsonarismo radical permitiu que a atual ministra do Meio Ambiente reatasse com Lula.

Marina foi uma “vítima” da política, pela concepção de Tancredo. O que se busca na campanha de Boulos e Marta é o equilíbrio entre não atacar Tabata nem vitimizá-la. A depender do que virá, outra “vítima” a se evitar é a boa relação entre Lula e Alckmin.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras E-mail: andrea.jube@valor.com.br

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/01/2024



AGÊNCIA BRASIL - DF

PRECATÓRIOS ELEVAM DÉFICIT ANUAL DO GOVERNO CENTRAL PARA R\$ 230,54 BI

Apenas em dezembro, resultado primário ficou negativo em R\$ 116,15 bi

Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil - Brasília

A quitação de precatórios após um acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) fez o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – fechar 2023 com o segundo maior déficit primário desde o início da série histórica. No ano passado, o resultado ficou negativo em R\$ 230,54 bilhões, só perdendo para 2020, quando o déficit atingiu R\$ 743,25 bilhões por causa da pandemia de covid-19.

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública. Segundo o Tesouro Nacional, sem o pagamento dos precatórios, as contas do Governo Central teriam fechado o ano passado com resultado negativo de R\$ 138,1 bilhões, equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país). Sem o socorro financeiro de cerca de R\$ 20 bilhões para estados e municípios, o déficit teria caído para R\$ 117,2 bilhões, 1,1% do PIB.

Apenas em dezembro, o déficit primário somou R\$ 116,15 bilhões, impulsionado pela quitação dos precatórios em atraso. Dívidas do governo com sentença judicial definitiva, os precatórios foram parcelados ou adiados após uma emenda constitucional em 2021. No ano passado, o governo quis quitar a dívida para evitar um passivo de R\$ 250 bilhões no fim de 2026.

O déficit de dezembro foi o maior já registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1997. Sem os precatórios, informou o Tesouro, o resultado negativo ficaria em R\$ 23,8 bilhões. Esse valor ficaria abaixo da estimativa das instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 35,5 bilhões, sem considerar o pagamento de precatórios.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Apesar da quitação dos precatórios, o déficit ficou dentro da meta de R\$ 231,5 bilhões para o Governo Central estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano passado.



Em janeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha anunciado um pacote para aumentar a arrecadação e revisar gastos para melhorar as contas públicas e diminuir o déficit para cerca de R\$ 100 bilhões em 2023. No fim de novembro, a Secretaria de Política Econômica informou que a previsão oficial de déficit primário estava em R\$ 177,4 bilhões para este ano, podendo chegar a R\$ 203,4 bilhões se considerada a metodologia do Banco Central. A previsão, no entanto, desconsiderava os precatórios.

Receitas

Na comparação com o ano passado, as receitas caíram, se descontada a inflação, mas as despesas aumentaram em volume maior por causa do Bolsa Família, dos gastos com a Previdência Social e dos precatórios. Em 2023, as receitas líquidas subiram 2,3% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no entanto, elas recuaram 2,2%. No mesmo período, as despesas totais subiram 17,7% em valores nominais e 12,5% após descontar a inflação.

Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de tributos), houve queda de 1% em 2023 na comparação com 2022, já descontada a inflação, puxada principalmente pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. No entanto, houve aumento de R\$ 11,7 bilhões (39,5% acima da inflação) em outras receitas administradas, por causa principalmente do programa de redução da litigiosidade, em que o contribuinte fechava acordos com o governo em troca de encerrar ações na Justiça.

Também houve aumento de R\$ 32,9 bilhões (5,8%) na arrecadação da Previdência Social, decorrente da recuperação do mercado de trabalho.

Em relação às receitas não-administradas pela Receita Federal, os maiores recuos foram registrados nas receitas de dividendos de estatais, que caíram R\$ 41,1 bilhões (-44,7%, descontada a inflação), em virtude do menor recebimento de repasses da Petrobras, da Caixa Econômica e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As receitas com concessões caíram R\$ 40,7 bilhões (-82%, descontado o IPCA%) por causa de concessões de geração elétrica resultantes da privatização da Eletrobras, que não se repetiram em 2023.

As receitas com royalties, que caíram R\$ 26,2 bilhões (-18,5%, descontada a inflação) em 2023 na comparação com 2022, por causa da queda do petróleo no mercado internacional. Atualmente, a cotação do barril internacional está em torno de US\$ 82 após ter chegado a US\$ 120 no meio de 2022, por causa da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Despesas

Turbinados pelo novo Bolsa Família, os gastos com programas sociais subiram R\$ 75,4 bilhões (42,4%) acima da inflação no ano passado na comparação com 2023. Também subiram os gastos com a Previdência Social (+R\$ 66,5 bilhões), com saúde (+R\$ 20,6 bilhões) e gastos discricionários (não obrigatórios) com educação, transporte e assistência social (+R\$ 23,6 bilhões).

Os gastos com o funcionalismo federal subiram R\$ 10,2 bilhões (2,8%) acima da inflação em 2023 comparados com 2022. Apesar do aumento de 9% concedido aos servidores do Poder Executivo Federal, aprovado no fim de abril do ano passado pelo Congresso, o principal fator que impulsionou a despesa foi pagamento de precatórios, que consumiu R\$ 8,3 bilhões no ano dos R\$ 10,2 bilhões extras.

Em relação aos investimentos (obras públicas e compra de equipamentos), o governo federal investiu R\$ 82,23 bilhões em 2023. O valor representa alta de 72,5% acima do IPCA em relação a 2022. Nos últimos meses, essa despesa tem alternado momentos de crescimento e de queda descontada a inflação. O Tesouro atribui a volatilidade ao ritmo variável no fluxo de obras públicas.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 30/01/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

A A.P. MOLLER MAERSK ANUNCIA RICARDO ROCHA COMO PRESIDENTE DA ÁREA DA COSTA LESTE DA AMÉRICA DO SUL



A A.P. Moller Maersk anuncia Ricardo Rocha como presidente da área da Costa Leste da América do Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), com sede em São Paulo, Brasil. Com amplo conhecimento do mercado latino-americano, Ricardo é brasileiro, nascido em Curitiba (PR), e ocupava até então a posição de Head Regional de Logística e Serviços para a América Latina e Caribe na companhia, atuando em sua sede regional, no Panamá, desde janeiro de 2021.

Profissional com cerca de 30 anos de experiência em logística, acumula experiências prévias em cargos de liderança sênior, em empresas multinacionais como CEVA Logistics, Kuehne + Nagel, DHL Global Forwarding e UPS Supply Chain Solutions, com experiência em mercados de países como Colômbia, Argentina, Chile, Panamá e Peru.

"Estou feliz por retornar ao meu país de origem para liderar a Costa Leste da América do Sul, colocando os nossos clientes no centro de tudo o que fazemos. Estou convencido de que, junto com o grupo de profissionais talentosos no Brasil, na Argentina, no Paraguai e no Uruguai, continuaremos a fortalecer a nossa jornada de integrador logístico".

Formado em Vendas Gerais, Merchandising e Operações de Marketing, o executivo possui MBA em Logística e Cadeia de Suprimentos, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e especializações na Universidade de Yale e na Cranfield School of Management.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/01/2024

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL DOS ASSOCIADOS DA ATP CRESCE 5,3 %

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 30/01/2024 - 17:36



Os Terminais de Uso Privado (TUPs) associados à ATP (Associação dos Terminais Portuários Privados) tiveram crescimento de 5,3% nas notas do IDA (Índice de Desenvolvimento Ambiental) 2022, números divulgados pela Antaq no fim de 2023. A média dos terminais subiu de 67,9 para 71,5 no período.

Entre os associados da ATP, alguns terminais obtiveram resultados expressivos no IDA. A Portonave teve nota 99,88 e, pelo segundo ano consecutivo, ficou com a primeira colocação. Seguido pelo Porto Itapoá (99,79), o Terminal de Petróleo TPET/TOIL-Açu (99,28), o Terminal Portuário do Pecém (99,19) e a Ferropport - Terminal de Minério, com nota 99,18.

De acordo com o presidente da ATP, Murillo Barbosa, o resultado dos associados da ATP é relevante, já que a média geral do IDA nos terminais portuários apresentou queda.

"O crescimento das notas é reflexo da preocupação da ATP e de todos os seus associados com as questões ambientais e com a sustentabilidade na operação portuária. O resultado positivo é fruto da

atuação firme e participativa do Comitê de Sustentabilidade da ATP, coordenado por Carolina Brandl, do Porto do Açu, e por Ulisses Oliveira, do Porto Sudeste”, destaca.

Barbosa lembra que, durante todo o ano, o comitê realizou diversas reuniões com foco na melhoria do desempenho ambiental dos associados. Os encontros contaram também com a participação de representantes da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), como a Superintendente de Desempenho, Sustentabilidade e Inovação, Cristina Castro e Uirá Cavalcante, gerente de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

O Comitê de Sustentabilidade - Sustentar foi criado pela ATP em 2018, com o objetivo de estimular boas práticas, compartilhar experiências e propor aprimoramentos técnicos ao segmento.

Em 2021, o colegiado criou um banco de dados interno com informações relativas às ações ambientais, sociais e de governança de seus associados. O banco de dados foi o embrião para a criação do Guia de Boas Práticas de Sustentabilidade Portuária: a estratégia ESG, lançado em março de 2023, durante a celebração dos 10 anos da ATP.

A obra, inédita no Brasil e pioneira no mundo com foco na estratégia ESG (ambiental, social e governança), é o resultado da construção coletiva do grupo de pesquisa LabPortos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da ATP e da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 30/01/2024

ANTAQ APRESENTA CONTRIBUIÇÕES PARA PROPOSTA DE ACORDO TRANSFRONTEIRIÇO ENTRE BRASIL E PERU

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 29/01/2024 - 21:57



Arquivo/Divulgação

Agência reguladora recomendou intercâmbio de informações entre empresas de navegação e embarcações na minuta de termo bilateral em discussão entre os dois países

Uma nota técnica da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) analisou e apresentou contribuições para a proposta de um acordo bilateral entre Brasil e Peru sobre o abastecimento de mercadorias para localidades fronteiriças peruanas em trânsito pelo território brasileiro. A proposta apresentada pela Embaixada do Peru ao Ministério de Relações Exteriores (MRE) tem objetivo de subsidiar o posicionamento brasileiro e prosseguir com as negociações entre os dois países. O documento reuniu um compilado de manifestações das setoriais técnicas que se debruçaram sobre a minuta peruana.

Nesta semana, a diretoria colegiada recomendou ao MRE, em caráter ad referendum, a inclusão de dispositivos para permitir o intercâmbio de informações atualizadas das empresas de navegação e respectivas embarcações autorizadas a operar no acordo. A deliberação, com vigência imediata a partir da assinatura, também sugere a inclusão de um instrumento para que o transporte marítimo por empresas de navegação nas vias contempladas pelo acordo seja limitado a operações com embarcações próprias ou afretadas a casco nu, de modo a assegurar a utilização de mão de obra nacional.

A Antaq sugeriu a inclusão de um artigo prevendo que os armadores do acordo utilizem na prestação de seus serviços embarcações próprias ou sob contrato de afretamento ou arrendamento a casco nu, em conformidade com a legislação nacional das partes, possibilitando uma participação 'igualitária e ajustada' a um objetivo maior de 'integração econômica e social entre os dois países'.

Na nota técnica, a Antaq observou que os municípios brasileiros e províncias peruanas citados na minuta são interligados pelos Rios Acre e Purus. O entendimento é que a navegação, por qualquer um deles, pode caracterizar navegação interior de percurso internacional. A Antaq considera que lhe cabe a fiscalização das EBNs autorizadas a operar, de acordo com o estabelecido nos normativos vigentes.

A agência avalia que, caso sejam verificadas inconsistências relativas às documentações de carga, elas devem ser encaminhadas à autoridade aduaneira e que, verificada operação irregular por parte de empresa peruana nos limites deste acordo, a Antaq deve informar a situação à autoridade competente peruana, correspondente à autarquia brasileira, prevista no mesmo dispositivo.

A Antaq também ressaltou a importância de que, paralelamente à eventual aprovação do acordo bilateral delineado, sejam direcionadas políticas de estímulo às EBNs com atuação local. Os técnicos chamaram a atenção para a necessidade de medidas que promovam a participação efetiva das empresas brasileiras no transporte aquaviário, visando equilibrar a representatividade na operação e gestão das embarcações que circulam em importantes vias fluviais compartilhadas.

“Tal preocupação se fundamenta em um fato correlato observado na hidrovia do Paraguai-Paraná, onde, apesar do Brasil ser o principal responsável pelas cargas da via, o Paraguai detém a propriedade de quase a totalidade das empresas de navegação e frotas atuantes na região”, apontou a área técnica da agência.

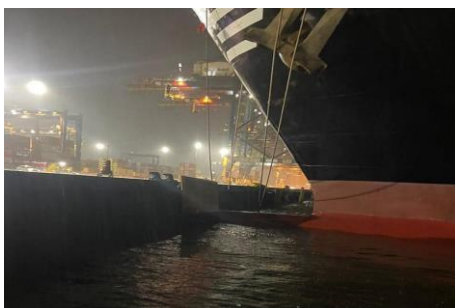
Em seu despacho, publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira (29), o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, ressaltou que a decisão não traz prejuízo à minuta do acordo. A agência reguladora acompanha a implementação desses acordos e supervisiona a participação de empresas brasileiras e estrangeiras na navegação de longo curso, em cumprimento aos tratados dos quais o Brasil é signatário.

Uma reunião de coordenação sobre a proposta peruana de "Acordo Brasil-Peru sobre o abastecimento de mercadorias para localidades fronteiriças peruanas em trânsito pelo território brasileiro", marcada para anteriormente para esta terça-feira (30), foi adiada para quinta-feira (1º/02), no Palácio Itamaraty, em Brasília.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 29/01/2024

APÓS INCIDENTE, BTP INTERROMPE OPERAÇÕES NO BERÇO 1 TEMPORARIAMENTE

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 29/01/2024 - 19:47



Divulgação Praticagem SP

Operadora informou que reforçou capacidade dos berços 2 e 3 e que restrições preventivas são para análise de estrutura após rompimento do cabo de porta-contêineres, há 10 dias. Navio da MSC chegou a ficar atravessado no canal do Porto de Santos por cerca de 30 minutos

A Brasil Terminal Portuário (BTP) informou, nesta segunda-feira (29), que o terminal passa por restrições preventivas, com a interrupção temporária do berço 1, para fins de uma análise mais detalhada de engenharia da estrutura no trecho onde ocorreu, há 10 dias, um incidente causado pelo rompimento do cabo do navio MSC Adonis, que estava atracado. A operadora do terminal portuário ressaltou à reportagem que os berços 2 e 3 seguem em plena capacidade, inclusive com emprego de mais equipamentos para os trechos, ampliando a performance operacional.

De acordo com a Praticagem de São Paulo, um vento forte não previsto de 52 nós (cerca de 100 quilômetros por hora), por volta das 19h30 do último dia 19 de janeiro, provocou o rompimento dos

cabos de amarração do porta-contêineres, atracado no berço 1 da BTP. A praticagem informou que o navio ficou perpendicular ao cais, quase que à deriva, com o bico de proa forçando uma das defensas do berço. Construído em 2015, o contêiner tem 300 metros de comprimento por 48,5m de boca com capacidade para levar 9.162 contêineres. A reportagem busca informações junto ao armador sobre o estado da embarcação após o evento.

Procurada, a BTP destacou que foram tomadas ações imediatas, no mesmo dia do incidente no cais de sua instalação, e que o navio seguiu sua rota em segurança. “A BTP está empenhada em resolver o quanto antes a situação, empregando os melhores esforços para cumprir os compromissos com seus clientes, e para implementar uma solução que garanta a retomada das operações no terminal em total capacidade e segurança”, afirmou a empresa em nota à Portos e Navios.

A praticagem acrescentou que o práctico Pedro Tkotz chegou ao local 26 minutos após o ocorrido e, com apoio de dois rebocadores, conseguiu logo em seguida reatracar o navio com segurança no mesmo berço do BTP. Ele estava em escala de serviço e foi avisado da emergência por dois operadores do Centro de Coordenação, Comunicações e Operações de Tráfego da Praticagem de São Paulo (C3OT). Os sensores da praticagem identificaram ventos fortes às 19h15, que foram reproduzidos para o C3OT. Durante a operação, um marítimo que pilotava a lancha da praticagem informou ao práctico as distâncias do cais para auxiliar a manobra.

Um outro porta-contêineres que entrava no porto, o Maersk Lota, teve a velocidade reduzida para evitar abalroamento, após o aviso sobre a intensidade dos ventos. “O vento veio de repente, no lugar onde eu estava, que é uma área mais abrigada, deu 94 km por hora. Assim que informado, eu abortei a manobra de entrada, reduzi a velocidade e fiquei parado por cerca de duas horas e meia nas imediações da alfândega, com o apoio de dois rebocadores, até o problema estar resolvido e atracar ao lado do Adonis”, relatou o práctico Fábio Mello Fontes, presidente da Praticagem de São Paulo, que estava a bordo do navio Lota.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/01/2024

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ E FUNDAÇÃO LIGADA À USP REALIZAÇÃO ESTUDOS NÁUTICOS NO PORTO DE FORTALEZA



Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), instituição formada por docentes e pesquisadores da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, visando a realização de estudos técnicos especializados e simulações de manobra na área costeira do Porto do Mucuripe. O objetivo é desenvolver cenários para melhorar e ampliar as condições de navegabilidade e atracação de navios.

Os estudos darão suporte a tomadas de decisões, no sentido de aumentar a produtividade operacional e a modernização da infraestrutura do Porto de Fortaleza.

Após a assinatura do contrato, na última sexta-feira, o presidente da CDC, Lucio Gomes, participou de uma reunião virtual com o professor Eduardo Tannuri, da FDTE, titular do Departamento de Engenharia Mecatrônica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, que apresentou a metodologia de trabalho e o cronograma das entregas dos diversos produtos.

“Produziremos vários estudos, como os de movimentos verticais, os de amarração para os navios de cruzeiro; toda a pesquisa será elaborada em um centro de circulação de manobras, onde já simulamos robôs fluviais para os navios da Amazônia, além de modelagens hidrodinâmicas das correntes marítimas para alguns portos”, enumerou Tannuri.

“Precisamos estudar a possibilidade de aumento do nosso calado, para os navios de contêineres e para os de passageiros. Além disso, outro ponto importante é analisar a viabilidade da extensão do

porto, dentro dos limites da bacia, uma vez que estamos crescendo a operação — em breve, chegaremos a uma ocupação de quase 70% da área alfandegada”, comentou o Gomes.

Os estudos serão entregues dentro dos próximos 11 meses.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/01/2024

ONE OBTÉM APROVAÇÃO DA DNV PARA PORTA-CONTÊINER BICOMBUSTÍVEL COM AMÔNIA

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 29/01/2024 - 19:17



A Ocean Network Express (ONE) anunciou que recebeu aprovação de princípio (AiP) da DNV para um navio porta-contêineres bicombustível movido a amônia, capacitado a transportar 3,5 mil TEUs.

A embarcação foi desenvolvida em conjunto pela ONE, Nihon Shipyard e DNV como parte de um projeto de desenvolvimento conjunto estabelecido no final de 2022.

"A amônia é definitivamente um dos principais focos da nossa investigação, uma vez que tem um grande potencial de gerar emissões de GEE mais baixas do que os combustíveis navais convencionais. Estamos satisfeitos por ter feito esse progresso e continuaremos nosso estudo", disse Koshiro Wake, vice-presidente sênior do Departamento de Estratégia Corporativa e Sustentabilidade da ONE.

Cristina Saenz de Santa Maria, gerente regional do Sudeste Asiático, Pacífico e Índia, Marítimo da DNV, acrescentou: "A amônia é um dos futuros combustíveis marítimos promissores com grande potencial para descarbonizar o transporte marítimo. Estamos confiantes de que as regras da DNV ajudarão nossos clientes a adotar com segurança esse novo tipo de combustível assim que a infraestrutura estiver instalada. Estamos gratos aos nossos parceiros do JDP por nos confiarem este projeto pioneiro que ajudará toda a indústria marítima".

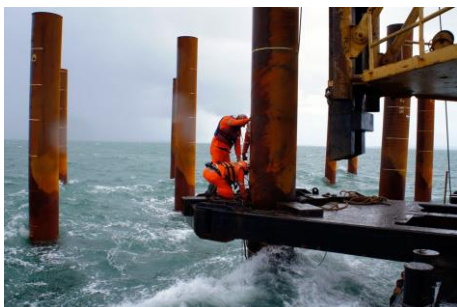
A ONE assinou contratos com os estaleiros Jiangnan e Yangzijiang para a construção de 12 navios porta-contêineres de duplo combustível de metanol com capacidade para 13 mil TEUs.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/01/2024

PROJETO PREVÊ 80% DE BENS E SERVIÇOS NACIONAIS NAS OBRAS DO NOVO PAC

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 29/01/2024 - 19:11



O Projeto de Lei 4603/23 torna obrigatório um conteúdo nacional mínimo de bens e serviços nas contratações relacionadas ao Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e licitações exclusivas para empresas brasileiras interessadas em obras e serviços.

O texto na Câmara dos Deputados altera a Lei 11.578/07, que trata, entre outros pontos, da transferência obrigatória de recursos da União para a execução de obras pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

"É necessário alterar a legislação para tornar obrigatória a utilização de produtos e serviços nacionais. Hoje, o Poder Executivo pode apenas determinar requisitos mínimos", justificou o autor da proposta, deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA).

Pela proposta, serão considerados produtos e serviços nacionais aqueles que contenham pelo menos 80% de bens, insumos e serviços oriundos do território nacional. O Executivo deverá definir formas de aferição e fiscalização.

Caso haja indisponibilidade técnica, o percentual mínimo de 80% no conteúdo nacional poderá ser reduzido para bens e serviços específicos, desde que com uma justificativa fundamentada do poder Executivo para cada um dos itens.

As licitações exclusivas deverão envolver empresas que tenham como características: sede, administração e estabelecimento no país; mínimo de 50% do capital social detido por acionistas brasileiros; poder nas mãos de acionistas brasileiros sobre deliberações sociais e para eleger a maioria dos administradores; e impossibilidade de que estrangeiros (sócios, acionistas ou grupos) exerçam em assembleia número de votos superior a 2/3 do total dos acionistas brasileiros.

De maneira excepcional, a participação de estrangeiros poderá ocorrer por meio de consórcio, desde que haja transferência de tecnologia e a liderança do grupo e a representação oficial seja exercida por empresa brasileira de capital nacional.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

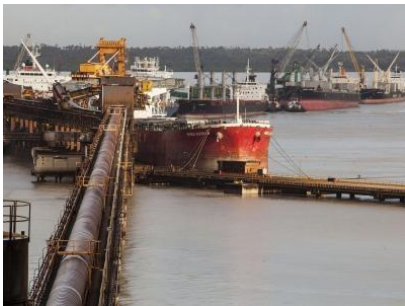
Fonte: Agência Câmara de Notícias

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 29/01/2024

VLI SE HABILITA A OPERAR COMO AGENTE TRANSPORTADOR FERROVIÁRIO DE CARGAS

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 29/01/2024 - 19:08



Companhia ganha a prerrogativa de negociar com concessionárias de outras malhas ferroviárias para ter operações privadas nestes locais

A VLI, operadora de terminais e ferrovias, obteve autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para operar como Agente Transportador Ferroviário de Cargas (ATF-C). Isso significa que a empresa terá a prerrogativa de negociar com outros players, por meio de contrato operacional específico, o compartilhamento de trechos ferroviários.

“Como ATF, a VLI se mantém atualizada às oportunidades e às novas alternativas regulatórias. Com este novo modelo, a companhia poderá acessar cargas e operar fluxos que independem das suas malhas ferroviárias concedidas”, afirma a diretora-executiva de Relações Institucionais e Regulatório da VLI, Silvana Alcantara.

Com a edição da Lei das Ferrovias (Lei 14.273/2021), que entrou em vigor em fevereiro de 2022, o cenário ferroviário foi modificado e houve a criação do ATF-C. Entre os objetivos da nova legislação está a abertura do mercado ferroviário, ampliando o sistema por meio de novas alternativas regulatórias para o setor, gerando o aperfeiçoamento e fomentando a competitividade para os serviços prestados nas ferrovias brasileiras.

Pelo novo modelo de execução do transporte ferroviário de cargas pelo Agente Transportador Ferroviário, a prestação do serviço de transporte ocorre de forma desvinculada da exploração da infraestrutura ferroviária.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 29/01/2024

ATIVIDADE DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS RETRAIU 0,87% EM OUTUBRO DEVIDO À SECA QUE AFETOU O TRANSPORTE FLUVIAL

Da Redação NAVEGAÇÃO 29/01/2024 - 18:54



Em 2023, a Grande Seca recorde na Amazônia foi devastadora em muitos aspectos para o Polo Industrial de Manaus (PIM). Foram cerca de R\$ 1,4 bilhão com gastos adicionais das empresas para transportar seus produtos. A estiada entre os meses de outubro e novembro do ano passado fez com que o rio Negro, por exemplo, atingisse apenas 12,7 metros de profundidade — o menor nível em mais de um século.

Com dados do Comex Stat (plataforma para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro, ligado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços), foi possível constatar que a importação pelo modal aquaviário do Amazonas reduziu seu volume, entre setembro e outubro de 2023, em cerca de 83%, quando se exclui os produtos associados a grãos, hidrocarbonetos e outros desvinculados da cadeia de insumos industriais para a Zona Franca de Manaus.

Essa baixa da navegação está relacionada aos custos extras que as indústrias locais tiveram de desembolsar, pois grande parte das mercadorias que entram e saem do estado de Manaus é transportada por navios. "As empresas se planejam todos os anos para a seca e se preparam para enfrentar um cenário extremo. O problema é que a seca foi bem pior do que era esperado. A indústria se planejou para parar por 30 dias, mas parou 60", enfatiza Augusto César Rocha, coordenador da comissão de logística do Cieam (Centro de Indústria do Estado do Amazonas). "Mesmo sendo mais acessível transportar os produtos por meio de avião, não há como prestar o mesmo serviço da cabotagem para atender navios de longo curso", explica.

Entre outubro e novembro, o PIM deixou de importar o equivalente a US\$ 1 bilhão em insumos, devido à Grande Seca, quando se compara com o patamar importado em setembro. Foi uma redução de, aproximadamente, 82% em relação ao previsto antes da seca. No entanto, os volumes de produção não foram afetados na mesma proporção. "Isso demonstra que as empresas usufruíram do estoque de insumos acumulado até o final de setembro", destaca Rocha. Quando se trata da via aquaviária, a redução foi de 73,82%, já as importações por via aérea, que são mais caras, subiram 9%.

A interrupção da navegação de grande porte gerou reduções na arrecadação tributária do estado. "As perdas acumuladas na arrecadação de ICMS de outubro e novembro foram de R\$ 253 milhões, se usarmos como referência o volume arrecadado em setembro. Já as perdas acumuladas na arrecadação de Imposto de Importação foram de R\$ 23 milhões no mesmo período. No entanto, acreditamos que parte dessas perdas serão revertidas nos meses seguintes", diz o coordenador.

Outubro também foi um mês em que a indústria amazonense teve uma queda de 5,7% em comparação ao mesmo período de 2022, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em novembro, a produção industrial do Amazonas teve uma queda de 4,2% em relação a outubro, conforme o IBGE. Na comparação anual, esse percentual foi ainda maior, chegando a 10,3%.

"Mesmo com todo esse impacto que a indústria sofreu, o consumidor sentiu pouco no seu bolso, pois o preço do produto é o mercado que define, é a oferta e a demanda. Por isso, o público final quase não percebe. Mas a matriz do que seria a venda da empresa é toda modificada. Por exemplo, em vez de vender uma motocicleta com o maior valor agregado, ela vai vender com o menor valor agregado", diz Rocha.

Mesmo com a seca amenizada e, conseqüente, com o aumento dos níveis dos rios, o estado do Amazonas ainda não voltou à normalidade. O último boletim de estiagem do estado informou que 62 municípios amazonenses continuam em emergência.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 017/2024
Página 47 de 47
Data: 30/01/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

“É imprescindível que o governo federal, faça investimentos para evitar que o cenário do final de 2023 se repita em 2024, pois não podemos ficar dependendo da chuva. É necessário investimento, é preciso haver alternativas de rota para os produtos que chegam e saem do Amazonas”, salienta o executivo do Cieam. “Uma boa opção seria a recuperação da rodovia BR-319, que liga Manaus e Porto Velho, em Rondônia, pois não existe pavimentação em grande parte dela, o que impede a passagem de caminhões de carga”, finaliza Augusto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/01/2024



MERCOSHIPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 30/01/2024